



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

BRENDA TENÓRIO DE OLIVEIRA

**POR UMA GESTÃO SOCIAL TERRITORIAL: UM ESTUDO SOBRE A
PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE NA GESTÃO DO CENTRO
CULTURAL BOM JARDIM**

FORTALEZA

2024

BRENDA TENÓRIO DE OLIVEIRA

POR UMA GESTÃO SOCIAL TERRITORIAL: UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO
SOCIAL DA JUVENTUDE NA GESTÃO DO CENTRO CULTURAL BOM JARDIM

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Gestão de Políticas Públicas da
Universidade Federal do Ceará, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Gestão de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof. Dra. Maria de Nazaré
Moraes Soares.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O45u Oliveira, Brenda Tenório de.

Por uma gestão social territorial : um estudo sobre a participação social da juventude na gestão do Centro Cultural Bom Jardim / Brenda Tenório de Oliveira. – 2024.
70 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Gestão de Políticas Públicas, Fortaleza, 2024.
Orientação: Profa. Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares.

1. Participação social. 2. Gestão social. 3. Política cultural. 4. Juventude. 5. Centro Cultural Bom Jardim.
I. Título.

CDD 320.6

BRENDA TENÓRIO DE OLIVEIRA

POR UMA GESTÃO SOCIAL TERRITORIAL: UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE NA GESTÃO DO CENTRO CULTURAL BOM JARDIM

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. XXXXXXXXX XXXXXXX
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. XXXXXXXXX XXXXXXX
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A minha mãe,

AGRADECIMENTOS

Este estudo foi construído com esforço e compromisso, em respeito aos caminhos abertos e encontros que atravessam minha existência. Nasce como forma de reconhecimento aos esforços de minha mãe, Antonia Edina, principal incentivadora e que construiu comigo a possibilidade de pisar com passos firmes e sonhar futuros diferentes.

Também se faz de suma importância destacar um carinhoso agradecimento a Profa. Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares, orientadora deste trabalho que acolheu com tanta responsabilidade e afeto político, principalmente por ser uma referência tão necessária para o campo da administração pública. Em meio a tantos desafios, segue fortalecendo a luta coletiva, e sendo uma das principais impulsionadoras de discussões emergentes para a formação e qualificação de profissionais preocupados com uma sociedade comprometida com o reconhecimento e a transformação da sociedade.

E ao Fórum de Estudantes Negros Guerreiro Ramos e ao NEGIF, sou grata pelo espaço para o diálogo e construção coletiva que criou-se e desdobrou-se tornando possível o desenvolvimento desta pesquisa. Pois foram nos encontros, nas conversas e discussões, na partilha de saberes que as inquietações surgiram e me fizeram lutar por este trabalho.

Por fim, aos amigos/as que fizeram parte dessa caminhada, eu dedico o meu muitíssimo obrigada, com certeza continuar na universidade teria sido uma missão mais árdua sem vocês, agradeço a leveza dos momentos vividos e, em especial agradecer ao companheirismo e gentileza de Cassiane Nascimento, nos momentos difíceis o seu amor e paciência me deu pulso pra seguir em frente, obrigada por tanto, meu amor.

“A ideia que aqui desenvolvemos é simples: quando as decisões se tomam muito longe do cidadão, correspondem muito pouco às suas necessidades.”

- Ladislau Dowbor

RESUMO

Este estudo buscou entender como ocorre a participação social conduzida para emancipação das juventudes nos territórios periféricos a partir dos processos de gestão, característicos da Gestão Social, executadas pelo Centro Cultural Bom Jardim. Esta pesquisa se orienta a partir de 3 objetivos específicos: Compreender o conteúdo e o contexto das políticas públicas encaminhadas no Centro Cultural Bom Jardim a partir dos processos de gestão, descrever a trajetória das políticas públicas para as juventudes encaminhadas no centro cultural, identificar características da gestão social e, por fim, descrever o funcionamento da Gestão Compartilhada, principal instrumento de participação social nos processos de gestão das políticas públicas encaminhadas no Centro Cultural Bom Jardim. Este trabalho, trata-se de uma pesquisa bibliográfica (Costa, 2013) de natureza exploratória (Gil, 2017) e de abordagem qualitativa (Mignolo, 2008), tendo como foco do estudo, a gestão do centro cultural popular de Fortaleza, o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), encaminhando a pesquisa com cunho avaliativo baseada na metodologia de uma avaliação em profundidade (Rodrigues, Gussi e Gonçalves, 2008). Nos resultados desta pesquisa, são elencadas algumas condutas que revelam os valores e objetivos da organização assimiladas a algumas características encontradas em organizações substantivas, conforme apresentadas por Serva (1993) e Pimentel (2011).

Palavras-chave: Participação Social, Gestão Social, Política Cultural, Juventude, Centro Cultural Bom Jardim

ABSTRACT

This study aimed to understand how social participation for the emancipation of youth in peripheral territories occurs through management processes characteristic of Social Management, implemented by the Bom Jardim Cultural Center. The research is guided by three specific objectives: to understand the content and context of public policies directed at the Bom Jardim Cultural Center through management processes; to describe the trajectory of public policies for youth implemented at the cultural center; to identify characteristics of social management; and, finally, to describe the functioning of Shared Management, the main instrument of social participation in the management processes of public policies at the Bom Jardim Cultural Center. This work is a bibliographical research (Costa, 2013) of an exploratory nature (Gil, 2017) and qualitative approach (Mignolo, 2008), focusing on the management of the popular cultural center in Fortaleza, the Bom Jardim Cultural Center (CCBJ), conducting the research with an evaluative approach based on in-depth evaluation methodology (Rodrigues, Gussi, and Gonçalves, 2008). The results of this research highlight certain practices that reveal the values and objectives of the organization, which are aligned with some characteristics found in substantive organizations, as presented by Serva (1993) and Pimentel (2011).

Keywords: Social participation. Social management. Culture Politic. Youth. Bom Jardim Cultural Center

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCBJ - CENTRO CULTURAL BOM JARDIM

NARTE - NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO TÉCNICA ESPECIALIZADA

CDVHS - CENTRO DE DEFESA DA VIDA HERBERT DE SOUZA

REDE DLIS -

GC - GESTÃO COMPARTILHADA

OSC - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

BONJA - GRANDE BOM JARDIM

JAP - JOVENS AGENTES DA PAZ

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

Figura 01	Figura 1 - Entrada principal do CCBJ	29
Figura 02	Localização do Centro Cultural no Google Maps	30
Figura 3	Parte Externa do CCBJ	35
Figura 4	Registro de atividades na praça central	36
Figura 5	Encontro da Rede DLIS com novo Secretário Jovanil Oliveira Define Prioridades para 2025	43
Figura 6	V Festival das Juventudes realizado pelo CDVHS e jovens do JAP em 2023.	44
Figura 7	Mapa das políticas públicas de juventudes geridas pela Secretaria Municipal de Juventudes de Fortaleza.	47
Figura 8	Indicadores registrados nos materiais Institucionais	55
Gráfico 1	Redes e Parcerias do CCBJ elencados por categorias	56
Quadro 1	Matriz de categorias de análise teórica	28
Quadro 2	Matriz resumo de articulação metodológica	31
Quadro 3	Análise das dimensões conteúdo e contexto da política	48
Quadro 4	Apresentação e resultados de programas destinados às juventudes no CCBJ	58
Quadro 5	Resultados esperados pelo CCBJ a médio prazo	59
Quadro 6	Comparativo da gestão compartilhada antes e depois da Portaria N°257	61
Quadro 7	Características do modelo de gestão CCBJ	64

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS	11
1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Contextualização, problema e justificativa da pesquisa	13
1.2 Objetivos do estudo	15
1.3 Aspectos metodológicos gerais e estrutura do trabalho	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Políticas públicas voltadas às juventudes	18
2.2 A participação social nos processos da gestão pública.....	22
2.3 As racionalidade articuladas na gestão social e na gestão pública.....	24
3 SUPORTE METODOLÓGICO.....	28
3.1 Tipologia da pesquisa e categorias de análise	28
3.2 Características da amostra	29
3.3 Procedimentos para a coleta dos dados e para a análise de dados	30
4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	33
4.1 Conteúdo e Contexto das políticas públicas implementadas no Centro Cultural Bom Jardim	33
4.2 Trajetória Institucional do Centro Cultural Bom Jardim	49
4.3 Aspectos da gestão social na Gestão Compartilhada do CCBJ	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
5.1 Síntese das respostas aos objetivos	67
5.2 Contribuições teóricas e empíricas da pesquisa	68
5.3 Limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros	69
6 REFERÊNCIAS	70

1 INTRODUÇÃO

Caminhar no campo das políticas públicas é um exercício que vai além da compreensão de normas e diretrizes; trata-se de um espaço dinâmico de disputas, negociações e ressignificações, onde diferentes atores influenciam decisões que impactam a coletividade. Investigar políticas públicas exige sensibilidade para reconhecer não apenas seus aspectos técnicos e administrativos, mas também as racionalidades que as sustentam, os interesses que as atravessam e os desafios que emergem na busca por maior equidade e justiça social.

Esta seção tem como propósito apresentar os elementos iniciais que orientam a pesquisa, situando seu contexto, relevância e estrutura. Primeiramente, são discutidos o contexto da problemática investigada, a formulação da questão de pesquisa e a justificativa para sua realização, ressaltando sua pertinência acadêmica e social. Em seguida, explicitam-se os objetivos do estudo, detalhando as intenções da investigação e os resultados esperados. Por fim, são descritos os aspectos metodológicos gerais que guiaram a condução da pesquisa, bem como a estrutura do trabalho, fornecendo ao leitor uma visão clara da organização do estudo. Dessa maneira, esta introdução estabelece as bases de desenho da pesquisa que sustentam a análise desenvolvida nas seções subsequentes.

1.1 Contextualização, problema e justificativa da pesquisa

As juventudes representam uma significativa parcela da população brasileira, em 2015 esse segmento chegava a compor 48,3 milhões de pessoas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018 p.53), da faixa etária de 15 a 29 anos determinada pelo [Estatuto da Juventude](#)¹. Esta questão vem sendo tema central em muitas discussões acadêmicas da modernidade, a qual nos últimos anos se destaca nas áreas de estudos das ciências humanas e sociais, assim como também nos estudos na área da saúde ([Takeiti et al., 2020 p.9](#)).

No Brasil, 51% da população jovem são de pardos, 10% de pretos e 38% brancos e se concentram nas regiões Norte (28%) e Nordeste (26%) do país ([Atlas das Juventudes, 2020](#)). Em 2017, o número de jovens em Fortaleza, no Ceará, correspondia a quase 30% da população, chegando a 730 mil jovens na capital, distribuídos, majoritariamente, nos bairros de menor IDH ([Cartografia das Juventudes, 2017](#)).

Os canais de comunicação da Prefeitura afirmam, “Fortaleza é a capital brasileira que mais investe em políticas públicas voltadas para as juventudes” (Prefeitura de Fortaleza, 2022).

¹ Estatuto da Juventude de 2013 contemplado pela LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. Em seu artigo 1º, dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Grande marco legal de reconhecimento do Estado às demandas específicas da juventude brasileira.

Todavia, é a mesma que se encontra no ranking de uma das capitais mais violentas para a juventude periférica do país, obtendo os maiores índices de homicídios na adolescência (Borges & Cano, 2017). O relatório do Comitê pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, registrou em 2017, um número histórico para o estado do Ceará, foram 981 adolescentes assassinados. Na capital foram indicados os bairros Bom Jardim e Jangurussu com os maiores números de mortes de adolescentes ([CPHA, 2017](#)).

Dito isso, dá-se a importância de buscar compreender como a capital cearense, junto ao Governo do Estado, implementa e avalia os impactos e efeitos de suas políticas públicas e programas, especificamente as ações destinadas ao público juvenil. Dessa forma, o presente estudo, de natureza exploratória (Gil, 2008), se fundamenta na necessidade de avaliar a participação da juventude na administração de políticas públicas culturais que atendem, majoritariamente, as juventudes locais.

É utilizada como foco deste estudo uma política pública cultural, por entender que as ações culturais, são alternativas de criação de mecanismos capazes de combater inúmeras vulnerabilidades dispostas no meio social moderno, como apresentam [Holanda \(2012\)](#) e [Botelho \(2001\)](#) além de proporcionar espaços de “autorecuperação da auto-estima de indivíduos e coletivos” (hooks, 2019), desenvolvem também, o reconhecimento do sujeito na sociedade, as leituras sobre o mundo e sobre as distintas realidades, assim como suas habilidades únicas e qualificações intelectuais, apresentadas por Bordieu (1979) e Sposito (2003).

Não se pretende, com esse estudo, reduzir o sujeito jovem apenas à cultura, não é a intenção reforçar o imaginário, o qual o jovem apenas expressa seu protagonismo em espaços culturais, idealizando uma necessidade de ligação das juventudes com as ações culturais para haver a construção de identidade, reconhecimento e pertencimento. Mas sim, percebendo a relevância desses espaços em muitos contextos, sobretudo, contextos brasileiros para o referido segmento social.

Os caminhos metodológicos dessa pesquisa se direcionam em realizar criticamente uma análise avaliativa de base analítica e metodológica de uma avaliação em profundidade (Rodrigues, Gussi e Gonçalves, 2008), no interior de um equipamento cultural disposto no território do Grande Bom Jardim, se dedicando a compreender as dinâmicas sociais que complementam sua gestão.

Considerando a quantidade significativa de jovens, a luta popular e as redes de apoio comunitária existentes no território, assim como os indicadores preocupantes referente à segurança pública, segurança alimentar e desigualdade sócio-econômica comparada a outros bairros da cidade, torna-se relevante avaliar de que forma a gestão pública se transforma para

gerir o Centro Cultural Bom Jardim, destacando a importância de repensar a gestão visando aspectos socialmente transformadores, e sobretudo, socioaproximadores, os quais estimulam o engajamento e a participação do segmento juvenil (Ramos *apud* França, Eynaud, 2020).

A escolha do Centro Cultural Bom Jardim como objeto de estudo, partiu da proximidade com o equipamento devido à experiência profissional, apreço pela história da reivindicação popular em sua construção e por ser referência no estado. As temáticas voltadas para juventude, educação política e cidadania, são de intenso interesse por perceber o cenário hostil presente para muitos jovens da capital. Eu cresci e morei por muito anos na Serrinha, outro bairro periférico da cidade, hoje sendo uma jovem mulher negra, estudante de Gestão de Políticas Públicas, percebo a importância de políticas públicas que consigam enxergar o potencial de cada jovem presente no território, se preocupando principalmente, em criar e manter estímulos políticos de participação e diálogo.

Tive experiência profissional em duas instituições públicas, uma no setor de recursos humanos e outra no setor administrativo e financeiro, por isso a prática no setor administrativo de um equipamento público de arte e cultura, o qual está fortemente associada a movimentos populares, conduziu meu olhar em identificar formas de aproximação entre a administração da organização e a comunidade, particularmente às juventudes, pois se trata de uma temática de interesse desde o início da graduação. Sendo assim, o estágio foi determinante para o surgimento desta pesquisa, na busca de compreender quais os efeitos dessa inclusão para o interior das organizações.

O Centro Cultural Bom Jardim está localizado no bairro Bom Jardim e se trata de um equipamento cultural de base comunitária, constituído em 2006 com recurso do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) através da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT) e administrado pelo Instituto Dragão do Mar (IDM), uma Organização Social de quase 25 anos de atuação, responsável pela Gestão de mais 15 equipamentos públicos culturais no Estado do Ceará. Por ser um equipamento de muito valor para a comunidade local, desde sua reivindicação popular, o CCBJ se torna o objeto ideal para realização deste estudo.

1.2 Objetivos do estudo

Este estudo, visa abordar a importância da valorização do pluralismo, de novas tecnologias, de saberes populares e, sobretudo, da criatividade juvenil e popular dentro do modelo de gestão das organizações. Com o objetivo geral de entender como ocorre a participação social conduzida para emancipação das juventudes nos territórios periféricos a partir

dos processos de gestão do Centro Cultural Bom Jardim, esta pesquisa se orienta a partir de 3 objetivos específicos:

- (i) Compreender o conteúdo e o contexto das políticas públicas encaminhadas no Centro Cultural Bom Jardim a partir dos processos de gestão;
- (ii) Descrever a trajetória das políticas públicas para as juventudes encaminhadas no Centro Cultural Bom Jardim a partir dos processos de gestão e,
- (iii) Identificar características da gestão e a influência da participação das juventudes nos processos de gestão das políticas públicas encaminhadas no Centro Cultural Bom Jardim.

1.3 Aspectos metodológicos gerais e estrutura do trabalho

Este trabalho, trata-se de uma pesquisa bibliográfica (Costa, 2013) de natureza exploratória (Gil, 2017) e de abordagem qualitativa (Mignolo, 2008), tendo como foco do estudo, a gestão do centro cultural popular de Fortaleza, o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), encaminhando a pesquisa com cunho avaliativo baseada na metodologia de uma avaliação em profundidade (Rodrigues, Gussi e Gonçalves, 2008).

Essa pesquisa pretende se utilizar das técnicas de levantamento bibliográfico, com a busca de pesquisas, artigos científicos e trabalhos realizados por autores e estudiosos das temáticas e análise documental dos marcos legais da política nacional de cultura, leis e portarias e relatórios institucionais (Gil, 2008). Além disso, foi realizado levantamento de dados e materiais disponíveis acerca dos resultados de Gestão do CCBJ de 2006 - 2023, buscando entender a fundo a raiz da organização e sua cultura organizacional. Para fundamentação teórica, essa pesquisa conta com uma análise de conteúdo das políticas públicas de juventude Sposito (2003), Rubim (2006), Barros (2018), Cavalcante (2021), Dayrell (2003), Abramo (um levante bibliográfico a respeito da participação social nos processos de Gestão Pública, utilizando-se de Avritzer(2008), Dagnino (2004), Boghossian e Minayo (2009), Gohn (2004), Freire (2011) e Habermas (1997), por fim, um alinhamento desses conhecimentos com leituras referenciadas sobre o tema de gestão social e desenvolvimento local, com os principais autores Serva (1997), França e Eynaud (2020) e Dowbor (2006).

A leitura desta pesquisa está dividida em 4 partes, incluindo esta introdução. Na segunda parte serão abordados os conceitos fundamentais e as teorias que buscam refletir sobre o papel da juventude na sociedade e nas políticas públicas, o histórico das políticas públicas e os marcos

legais em contexto nacional, partindo da publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, fruto da Constituição Federal de 1988 durante o período de redemocratização do país.

Seguindo com um debate sobre a participação social nos processos de gestão pública, trazendo estudos relevantes na área e experiências importantes de participação na construção de políticas públicas, particularmente, experiências no contexto Brasil-Nordeste e finalizando com uma discussão para dialogar sobre as racionalidades articuladas na gestão social e na gestão pública e como a presente pesquisa poderia contribuir para o desenvolvimento social e econômico do território.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção está descrito o referencial teórico em um esforço de esquematizar de maneira sintetizada os aportes que orientaram essa pesquisa, com a intenção de contribuir para os estudos da área.

Quando buscamos estudos sobre as juventudes brasileiras e as políticas públicas, nos deparamos com uma vasta bibliografia historicamente polarizada, os jovens e as políticas públicas são constantemente retratados de forma dicotômica. Nessas literaturas, os jovens costumam ser vistos como sujeitos apáticos e desinteressados pela vida pública, ao mesmo tempo que são retratados como indivíduos inspiradores pela originalidade, ressignificação e possíveis atores de relevantes contribuições para construção de uma nova política brasileira (Mayorga, 2013).

Analisadas pela autora, as políticas públicas brasileiras destinadas a esse segmento social são delimitadas e possuem disfunções, os estudos dificilmente conseguem abarcar o sujeito jovem e seu contexto social e territorial. Em muitos dos casos, encontramos uma análise restrita da influência da política no sujeito, sem considerar a consequência dela para a família, comunidade ou instituições, ou às vezes, são considerados os âmbitos da comunidade e a instituição e “o sujeito jovem é *eliminado*” (Mayorga, 2013 p. 345).

Portanto, nesta primeira seção intitulado como “Políticas Públicas voltadas às juventudes”, nos concentramos em abordar os conceitos fundamentais e as teorias que buscam refletir sobre o papel da juventude na sociedade e nas políticas públicas, o histórico das políticas públicas e os marcos legais em contexto nacional.

2. 1 Políticas Públicas voltadas às juventudes

Ao falarmos sobre os jovens no Brasil, estamos diante de um cenário plural, ora por sua diversidade cultural e étnica, como também pelo abismo sócio-econômico causado pelas desigualdades e discriminações históricas que formaram o país. A juventude é caracterizada por importantes transições que envolvem o indivíduo e sua relação com a sociedade, também é o momento da passagem da adolescência à fase adulta. Para tratar desse segmento social, esse estudo se baseia em Dayrell, observando o jovem como sujeito social, capaz de se auto afirmar, de impor seus desejos e suas opiniões. Além disso, o estudo utiliza a conceituação de juventude(s), assim como o autor reafirma, ressaltando a diversidade desse segmento, considerando as condições de classe, sexualidade, gênero, raça, religião, região e etc.

Isto posto, as juventudes neste trabalho são lidas no plural (juventudes), em um esforço teórico de ressaltar a importância das produções científicas e acadêmicas em considerar que a perspectiva sobre os jovens deve contemplar a diversidade e não ser baseada em critérios pré-definidos. Não é o interesse desta pesquisa analisar as juventudes por uma lupa generalizada, de maneira universal, de forma que não conseguimos compreender sua maneira particular de ser e estar no mundo e como se relacionam em diferentes contextos e comunidades.

Por sua vez, em sua abordagem a respeito do sujeito social, fundamentando-se nas definições de Charlot (2000), Dayrell busca apresentar com sua obra o sujeito social como indivíduo que possui historicidade - no sentido de ser um sujeito ativo na construção de sua própria trajetória - possui desejos que os movem e se relaciona com o seu meio social, com essas características formadoras, o jovem corresponde a um ser único, que possui suas próprias interpretações e sentidos sobre si e sua história (Dayrell, 2003, p. 42 - 43). Portanto, partindo desses pressupostos, podemos concluir que a apatia e o desinteresse pela participação social não é algo natural, assim como o protagonismo e engajamento não são características inerentes, elas são observadas, estimuladas, orientadas e aprendidas.

Conforme as estatísticas, as juventudes representam uma significativa parcela da população brasileira, e em 2015 esse segmento chegava a compor 48,3 milhões de pessoas da faixa etária de 15 a 29 anos como determinada pelo Estatuto da Juventude (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018 p.53). Sua crescente proporção foi orientada há muitos anos por cientistas e estudiosos, relatando um aumento demográfico significativo da população jovem brasileira que, em um movimento histórico, transformaria a pirâmide etária do país, ocasionando o chamado “bônus demográfico”. Esse fenômeno está relacionado ao grande aumento da população ativa na economia de um país, ou seja, aumento da população apta ao trabalho. Os

jovens de 18 a 29 anos seriam, então, em sua grande proporção, os responsáveis por movimentar a economia do país. Trata-se de uma grande janela de oportunidade econômica para um país emergente.

O Brasil, não somente falhou no aproveitamento da histórica janela de oportunidade do bônus demográfico, tendo em mente o índice de desemprego juvenil (Pnad Contínua, 2023), como também falhou no desenvolvimento de políticas públicas setoriais, capazes de responder à alta demanda da população jovem de forma integrada e transversal. Em parte, pode-se afirmar que o cerne da questão evidencia o olhar assistencialista adotado pelas políticas públicas de juventudes, o qual não fornece as condições necessárias para a efetiva inclusão e participação dos jovens, como atores sociais e políticos (UNESCO, 2004 p.19).

A doutora em educação, Marília Pontes Sposito (2003) traz consigo suas considerações sobre os rumos que o Estado brasileiro conduzia as ações voltadas para o segmento juvenil nos anos de 1995 a 2002. A autora destaca pontos cruciais para refletirmos o lugar das juventudes no antes e no agora e, em um desses pontos apresentados, podemos observar a histórica figura social do jovem associada a problemas sociais e inconsistências, levando os jovens a serem vistos como ameaças que precisam ser controladas para evitar desvios, os quais necessitavam de atenção, vigilância e até mesmo medo (Sposito, 2003, p. 19).

Existe também a imagem do jovem como o protótipo de um “*vir a ser*”, ou o “*o que ainda não é*”, como um esboço ou rascunho (Salem, 1986 *apud* Dayrell, 2003, p.41) e que, posteriormente, seria o protagonista para solucionar os problemas da sociedade, em suma, os problemas essencialmente econômicos (Sposito et al, 2006. p.252).

Silva e Lopes (2009), complementam expondo, com base na Constituição Brasileira e seguindo a lógica do sistema capitalista, a assertiva de que os direitos sociais, especialmente nos que tangem as juventudes, se apresentam como parte vinculada ao mercado formal. O que, teoricamente, transformaria a cidadania em moeda de troca, no sentido de que esta estaria condicionada somente para os inseridos no mercado de trabalho, “Para Santos (1994), esta condição é analisada e denominada como cidadania regulada” (Silva & Lopes, 2009 p. 93).

Partindo desses pressupostos, a juventude seria então, entendida como fase passageira que exige controle, pois o jovem costuma ser visto como sujeito incompleto e desviante. E assim, futuramente, apenas após sua inserção no mercado de trabalho, seria portanto considerado um sujeito de direitos sociais. Esses são aspectos relevantes para discutir as bases do pensamento social moderno sobre a juventude e o reflexo disso em sua posição na agenda pública nacional.

Essa perspectiva dos jovens baseada somente no viés econômico, tende a diminuir e resumir o sujeito jovem apenas à produção econômica, estimulando uma “adulterização” precoce e

os deixando mais suscetíveis às inúmeras vulnerabilidades (UNESCO, 2004, p.18) apresentadas nos índices atuais que correspondem a falta de acesso a direitos fundamentais, como a educação, o direito à vida, a participação política e o direito à cultura.

Em “Juventudes e políticas públicas no Brasil”, a professora Marília Sposito (2003), divulga os estudos de Abad (2002) na América Latina, o qual apreende quatro modelos diferentes pautando os principais focos de políticas de juventudes nos mais diversos países norte e sul americanos nos anos de 1985 a 2000. São eles:

a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000) (Abad, 2002. *apud* Sposito, 2003, p. 18).

Apesar das duas décadas que distanciam os modelos sintetizados por Abad, é possível observar a pertinência das temáticas na atualidade brasileira.

Podemos utilizar como exemplo, a permanência do debate sobre o modelo de tempo integral para as escolas de ensino público e a intencionalidade política de sua implementação despreparada. Sobretudo, no modo como esse projeto visa abranger em sua maioria jovens com perfil baseado nos marcadores sociais de raça, classe, gênero e território.

Sposito em sua análise conclui então, o Brasil um Estado que, simultaneamente, se preocupa em estratégias de controle do tempo livre dos jovens (proposta do tempo integral), junto a uma formação massiva de mão de obra rápida e barata (como a reforma do novo ensino médio) e que, contraditoriamente, ainda anseia pelo reconhecimento do jovem como sujeito de direito (Sposito, 2003, p. 18).

Essas observações do pensamento social envolto da figura jovem são importantes para compreender a história das políticas públicas criadas para tratar das demandas dos jovens brasileiros. Apesar de que muitas vezes falta o tato do Estado para elaborar políticas públicas em âmbito nacional para as demandas específicas das juventudes, sendo estas, frequentemente atendidas de maneira transversal, abrangida por políticas sociais como educação, saúde e trabalho.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 é considerado marco legal significativo para o segmento infanto-juvenil, pois reconheceu a importância da criação de novas concepções acerca da infância e adolescência em contexto brasileiro. Repensando, também, o desenho institucional das políticas de proteção e assistência social, além de apresentar dispositivos legais para proteção e garantia de direitos desse segmento.

Podemos citar, também como marco legal, o Ano Internacional da Juventude (1985), instituído pela Organização das Nações Unidas - ONU, seguido do seminário Agenda Jovem

(2002), realizado por meio da Organização Brasileira da Juventude (OBJ). Segundo Castro e Abramovay (2002) estes foram elementos fundamentais para a identificação do público juvenil como usuário de políticas públicas universais e específicas. A partir disso, as questões referentes ao protagonismo juvenil começaram a ocupar espaço na agenda política.

No ano de 2004, a definição da Política Nacional de Juventude possibilitou a criação de órgãos gestores de políticas de juventudes no âmbito federal e estadual. Somente em 2009, quando criou-se a Secretaria Nacional de Juventudes e, em seguida, a construção do Estatuto da Juventude em 2013, que a juventude deixou de ser apenas um termo acadêmico e científico, e passou a ser legalmente reconhecida e regulamentada pelo Estado brasileiro. O jovem começa então a ser percebido como parte integrante da sociedade, parte de uma parcela da população que possui suas especificidades e necessita receber atenção às suas demandas pelo Poder Público, principalmente, nas esferas estadual e municipal.

Entretanto, considerando os dados atuais referente ao acesso à educação de qualidade, o alto índice de evasão escolar nas camadas populares, o aumento da taxa de desemprego e a precarização entre a população de 18 a 24 anos (chegando a 29,5% da população total no 2º trimestre de 2023), somados ao índice de homicídio alarmantes em todo o país, fica evidente a urgência em repensar a forma como as políticas públicas de juventudes estão sendo formuladas e implementadas e, repensar de que forma essas ações estão sendo organizadas e por quem, se há participação e como acontece.

Diante das definições de Secchi (2010) sobre problema público², podemos considerar a situação atual do cenário juvenil brasileiro como um relevante problema de natureza pública. Mais ainda se pararmos para analisar a relação juventudes e política, e mais grave que isso, as juventudes como atores participativos na gestão de políticas públicas.

Entendendo ser relevante refletir sobre as possíveis causas das questões que cercam as juventudes e as políticas públicas, concluímos que historicamente a figura jovem era excluída dos espaços políticos e sequer era percebida como cidadão. O caminhar das reformulações do pensamento sobre as juventudes no Brasil, teve início somente com a redemocratização do Estado e a Constituição Federal de 1988. Seguimos a passos curtos, mas ambiciosos.

2.2 A participação social nos processos da Gestão Pública

² Secchi (2010) propõe uma definição para problema e problema público a partir de Sjöblom (1984) “Um problema existe quando o *status quo* é considerado inadequado e quando existe a expectativa do alcance de uma situação melhor (...) Naturalmente, a definição do seja “problema público” depende da interpretação normativa da base. Para um problema ser considerado ‘público’, este deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas.” Secchi, Leonardo (2014 p. 07)

Neste segundo tópico, nos debruçamos sobre as teorias de participação social e os estudos que fundamentam a participação ativa dos cidadãos nos ciclos das políticas públicas. Com o título “A participação social nos processos de Gestão Pública”, buscamos autores contemporâneos como Avritzer (2008); Boghossian e Minayo (2009); Dagnino (2004); Gohn (2004) para refletirmos sobre experiências de participação social e contextualizar com o cenário político brasileiro nos processos da gestão pública. Alguns conceitos são essenciais para o desenvolvimento deste estudo, entre eles o de participação social e gestão pública.

Existem múltiplas formas de entender a participação, a capacidade de gerar várias interpretações exige que traçamos uma conceituação para melhor condução do estudo. Seguindo este critério, é importante estabelecer que a participação que defendemos e utilizamos, considera o contexto socioeconômico, cultural e político de um determinado território, sendo a partir dela que:

“se acaba com a desordem de um status quo injusto, que produz a marginalização. E é também através dela que superamos a resignação e o medo. Só assim são geradas as condições para o exercício pleno da liberdade e da cidadania, só possíveis em uma sociedade democrática. (SOUZA, 2004, p. 1)”

O conceito de participação social, em perspectiva brasileira, começou a ser utilizado partindo das elaborações teóricas e discursos políticos, com início dos anos 80, acompanhado pelo período de redemocratização do Brasil. A participação no Brasil, pode ser considerada como fenômeno historicamente restrito, utilizado somente como instrumento de manutenção da ordem social. É evidente que este modelo de participação não se preocupa em alcançar significativas mudanças sociais com a emancipação e integração dos indivíduos (Gohn, 2009).

A participação social tornou-se então sinônimo de sociedade civil e/ou sociedade organizada, com o aumento das articulações entre movimentos sociais na luta por direitos e lugar na agenda política nacional. (Gohn, 2004). Segundo Streck (2017), para o desenvolvimento da participação, é fundamental a execução de algumas etapas:

A participação é, portanto, o eixo desse processo que inclui: diagnóstico das demandas da comunidade, ou seja, pesquisa; organização das demandas e do orçamento disponível, portanto, planejamento; participação direta e representativa em assembleias regionais e locais para a tomada de decisões sobre o orçamento público e na fiscalização da execução das demandas escolhidas, logo, democratização da gestão pública. (Streck et.al 2017 p.05)

O autor aborda a participação como fenômeno planejado e estudado, que necessita de pesquisa, planejamento, organização, espaços para sua execução e, por fim, a fiscalização do cumprimento das demandas. Dessa forma, pensar uma gestão pública comprometida com os aspectos democráticos inclui perceber a participação como um indiscutível instrumento de sensibilização comunitária, capaz de se adaptar às dinâmicas do contexto territorial.

Observar a participação social como um ciclo, orientado por etapas se torna interessante pois, ao fazermos um desenho de temas complexos como política pública e participação social, podemos elaborar ferramentas que auxiliam administradores, políticos e pesquisadores na criação de material referenciado e comparativo para estudar casos heterogêneos (Secchi, 2012 p.34).

Bordenave (1994) acredita que a participação passa a se constituir em um sentido mais amplo a partir do momento de reconhecimento do indivíduo como sujeito com algo a dizer, ou seja, quando se reconhece como sujeito social de direito (Dayrell, 2003). Neste momento, a participação passa para o seu contexto de “macroparticipação, isto é, participação macrosocial compreende a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade” (Bordenave, 1994, p.24)

A democratização da gestão pública não é um fenômeno espontâneo, e deve ser incentivada. Para Avritzer (2008), no Brasil, o fenômeno da participação expandiu e se diversificou a partir dos anos de 1990, durante a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), dando início a uma série de surgimentos e aprimoramentos de novas formas de participação política da sociedade, resultando no que o autor chama de “institucionalização da participação” (Avritzer, 2013 p.12). Assembleias, conferências, conselhos e entre outros, foram espaços reivindicados para que a sociedade pudesse exercer sua cidadania e participar dos assuntos públicos.

Para Peci, Irigaray e Stocker (2021), a gestão pública pode ser entendida como parte do Estado que possui “interesse em atuar na prestação dos serviços governamentais, gerenciando programas e estimulando a implementação de políticas na área, tendo como responsáveis e interessados, em sua grande maioria, administradores, formuladores de políticas, populações constituintes e toda a sociedade, em nível local, estadual, nacional ou internacional”. As políticas destinadas à gestão pública, segundo Martins e Marini (2014), são caracterizadas por políticas de “planejamento, organização, otimização de processos, gestão de pessoas, de suprimentos, de orçamento e etc.” Já para Woodrow Wilson a administração e gestão das políticas públicas seria, resumidamente, o governo em ação.

Como principal exemplo de instituição participativa no Brasil que se utiliza do modelo de participação democrática de baixo para cima, podemos citar as experiências com o Orçamento Participativo, iniciado durante o período de redemocratização, em Porto Alegre. Nas considerações do professor Avritzer, é importante termos em mente que apesar da ênfase no desenho participativo, o fato de a participação acontecer de baixo para cima, não significa a dispensabilidade de iniciativa pelo Estado de implementar tal participação (Avritzer, 2008).

Recapitulando nossos principais conceitos, temos o conceito de gestão pública, que entendemos ser a maneira como são gerenciadas as políticas públicas com ênfase no controle e eficiência dos recursos e bens públicos em prol do bem-estar dos cidadãos e da sustentabilidade do Estado, partindo dos paradigmas da racionalidade instrumental.

Para os autores, é importante destacar que o movimento da nova gestão pública foi iniciado pela onda neoliberal dos anos 80 e 90 que resultou no aumento de ideologias voltadas para ascensão do livre mercado, considerando esse modelo (capitalista), a solução para os problemas da modernidade. O que contempla o período de maior organização da sociedade civil e notoriedade para as questões públicas, como saúde, educação, emprego e participação (Martins e Marini, 2014 p .43).

2.3 As racionalidades articuladas na Gestão Social e na Gestão Pública

Nesta última seção do referencial teórico, abordamos a discussão essencial para este trabalho. Vamos relacionar os escritos de França e Eynaud (2020) e Serva (1997) que se fundamentam nas racionalidades apresentadas nas obras de Guerreiro Ramos, conhecidas por sua relevância nas discussões sobre Gestão Social e Economia Solidária nas democracias contemporâneas, especialmente a brasileira. Como também nos debruçamos sobre o conceito da “Ação comunicativa” de Habermas, juntamente com a obra de Dowbor (2006), abordando as potencialidades da organização em nível local, partindo do âmbito comunitário para os demais.

Tenório (1998) descreve que, já na década de 80, Ramos alertava sobre os riscos do pensamento único e a esmagadora força do mercado sob o bem comum. Segundo Ramos (1996), a administração pública brasileira, junto às organizações do Estado, deveria buscar constituir as instituições públicas burocráticas estatais à sua própria realidade, rompendo com o projeto de modernização ocidental generalizado. Para Ramos, só seria possível traçar um modelo de desenvolvimento no Brasil se aplicados parâmetros de redução sociológica³.

A atitude redutora, a qual se refere Ramos, diz respeito a um método criado para conhecer o social, e conseqüentemente, relaciona-se com o conhecimento da cultura local que o cerca. Com isso, podemos observar ligação com o conceito de “Poder Local” abordado pelo economista Ladislau Dowbor (2016), o qual seria o conjunto de ações transformadoras

³ A redução sociológica é um método destinado a habilitar o estudioso a prática da transposição de conhecimentos e de experiências de uma perspectiva para outra. O que a inspira é a consciência sistemática de que existe uma perspectiva brasileira. Toda cultura nacional é uma perspectiva particular. (Ramos, 1996, p. 42).

envolvidas na descentralização e participação social, guiando o desenvolvimento de forma democrática e coletiva, feita de baixo para cima, do bairro ou comunidade para a nação. A partir do conhecimento e desenvolvimento a nível local, seríamos capazes de promover princípios e valores voltados à solidariedade, os quais possivelmente poderiam servir de base para se pensar uma nova economia ou um outro modo de desenvolvimento sustentável.

Podemos afirmar a existência de 3 tipos essenciais de gestão, seriam elas: a estratégica, a social e a pública. A gestão estratégica pode ser entendida como a gestão organizacional de racionalidade baseada intrinsecamente no cálculo utilitário ou na economia de mercado ou, como afirma Mauss (1950), a economia do **mercado concreto**. A racionalidade que sustenta a gestão estratégica é a racionalidade instrumental de Max Weber, caracterizada pela busca do acúmulo de bens e capital, com critérios pautados na praticidade, controle e individualismo.

Já a gestão pública apresenta uma lógica de poder, ainda com parâmetros de racionalidade burocrática e técnica, e há variações conforme composição governamental de poder político. Podemos citar lógicas democráticas, tecnocráticas e clientelistas como algumas características marcantes da gestão pública.

A Gestão Social trata-se de uma resposta ao esgotamento teórico no campo da administração denunciado por Ramos na década de 80. Esse tipo de gestão busca pensar o político como uma ação constitutiva, não atribuída exclusivamente por instituições estatais e ao Estado, ela atua em um modo próprio de gestão, não é pública e nem privada. Podemos afirmar que a gestão social é concebida pelo uso da razão comunicativa nascida dentro da esfera pública, a qual permite influência na tomada de decisão das ações políticas do Estado.

Durante seus estudos, professor Tenório, retrata o primeiro contato com o termo “Gestão Social”, em um texto de Giorgio Rovida (1985), o termo aparece como “democracia proletária de caráter local” (ROVIDA, 1985). No Brasil, é preciso ter em mente que o conceito de Gestão Social ainda encontra-se em fase de construção, apesar de ter caminhado alguns passos em sua consolidação enquanto prática. Entretanto, para Botrel, Araújo e Pereira (2010):

“a gestão social se desenvolve no âmbito da esfera pública, na qual se sobressaem as organizações públicas não-estatais e o interesse público da sociedade, além de proporcionar condições à emancipação dos indivíduos, baseando-se na democracia deliberativa, na formação da consciência crítica de seres humanos dotados de razão” (Cançado, Tenório e Pereira, 2011)

Ao reconhecer a incapacidade do mercado em promover o bem-estar e a cidadania, procura-se meios alternativos de combate à pobreza e desenvolvimento local. As cooperativas e associações nascem a partir de orientações características da Gestão Social, agrupamento por uma causa comum. Podemos indicá-las como fenômenos populares, em várias partes do mundo.

A autora Mariana Pereira Chaves Pimentel, em 2011 com seu artigo intitulado “Gestão Social: Perspectivas, princípios e (De)limitações” apresenta um levantamento das categorias teóricas e as principais ideias que rondam o conceito da Gestão Social no Brasil. Ao identificar 9 categorias centrais, a autora destaca pontos relevantes para entender esse conceito:

- a) objetivo central deste modelo de Gestão que baseia-se no interesse coletivo de caráter público;
- b) o valor da gestão social é o interesse público;
- c) a lógica instrumental presente na gestão pública deve ser subordinada a um processo decisório deliberativo e aberto a compreender e atender as necessidades específicas do local;
- d) O principal protagonista é a sociedade civil organizada, mas não exclusivamente, é possível o envolvimento de todos os atores sociais e organizacionais de um dado espaço ou território;
- e) trata-se de um processo fundamentado no diálogo e participação;
- f) a decisão se materializa por meio da deliberação coletiva gerada por uma argumentação livre, com pouco ou nenhuma restrição e pleno direito de fala;
- g) As redes e parcerias acontecem de forma intersetorial, considerando as múltiplas práticas e formas de pensar a gestão social.

Outro fator importante da Gestão Social é que, no quesito autonomia e poder, no modelo ideal da gestão social, identificamos a não existência de coerção, sendo possível em condições iguais a participação de todos (Tenório, 2011).

Por se tratar de um conceito ainda em construção, buscamos aqui apenas um breve resgate de alguns autores que são referências nos estudos de gestão social no Brasil, para que a partir dessas características e bases teóricas categorizadas, consigamos realizar a análise do objeto de estudo desta pesquisa.

No livro “Solidariedade das organizações” escrito pelo professor baiano Genauto de Carvalho França Filho e o francês Phyllipe Eynaud, nos apresenta a solidariedade como elemento necessário para uma mudança na crise mundial, tanto econômica como ambiental. Porém, com os reflexos do seu significado tão evitados pela maioria, faltam formas de incluir a solidariedade nos assuntos de economia e gestão.

Mas por que a solidariedade se torna tão necessária? Atualmente no mundo globalizado, encontramos o capitalismo como sistema dominante, esse sistema teve sua entrada e dominância em múltiplas esferas da sociedade, inclusive nos modelos de gestão. Os autores apresentam que essa dominância não foi diferente com o Estado e que o individualismo, o acúmulo de riquezas e a competitividade se tornam grandes ameaças para os campos não mercantis. A solidariedade

nas organizações é necessária, para que a sociedade seja vista por outra ótica, não somente a do capital. É evidente que há grandes dificuldades e, segundo os autores, há uma incapacidade de transformação das organizações ao atribuir a solidariedade em seus modelos de gestão. (França Filho e Eynaud, 2020 p. 14)

A “Teoria substantiva da vida humana associada” como nomeou Guerreiro Ramos, nos apresenta “uma razão substantiva que seria o atributo natural presente na psique humana”. Em Serva (1997), Ramos propôs na década de 80, a racionalidade substantiva como principal meio dos indivíduos de dirigir suas vidas em busca dos caminhos da autorealização e da satisfação social, por meio da emancipação e construção de relações, considerando a ética valorativa das suas ações (Serva, 1997 p. 19).

Essa lógica racional diverge em muitos sentidos da busca por status e sucesso individual, que não valoriza a ética, como já mencionado a respeito da lógica instrumental. Encontramos na razão instrumental ideais orientados, sobretudo, pelas “leis” mercantis. Para Serva, a lógica instrumental invadiu e debilitou o ambiente organizacional das seguintes formas:

“O ambiente organizacional tornou-se propício aos abusos de poder, à dominação, ao mascaramento de intenções pela substituição da verdadeira comunicação humana por padrões informativos, dentre outras consequências. Tudo isso acaba conduzindo os indivíduos a se lançarem numa competição permanente, produtora de ansiedades e de patologias psíquicas (Serva, 1997. p.19).

Reconhecendo algumas das distinções entre as racionalidades, Serva expõe que as organizações substantivas se compõem em arranjos múltiplos de expansão e, ao mesmo tempo que valorizam a individualidade dos seus associados, estimula o pensamento para o coletivo, fazendo o movimento de balanceamento entre o desenvolvimento do indivíduo e do social, tornando viável a conjunção dos seus anseios e desejos individuais a uma base de proximidade de princípios e valores. Partindo disso, outros princípios surgem, como “o respeito à dignidade humana, o culto à liberdade, a assunção espontânea de compromissos (vontade), e a identidade de valores gerais” (Serva, 1993. p.38).

Outro elemento importante sobre as organizações substantivas destacadas por Serva (1993), trata-se da ausência de preceitos fundamentais encontrados nas organizações burocráticas que buscam a supremacia da organização sobre a vida do indivíduo. Nas organizações substantivas o indivíduo não vive pelo trabalho, assim como é possível identificar a flexibilidade da estrutura hierárquica, se transformando entre organizações com estruturas hierárquicas formalmente definida mas internamente neutralizada, ou organizações com administração participativas e outras as quais inexitem, sendo de supervisão coletivas.

2 SUPORTE METODOLÓGICO

Esta monografia foi desenvolvida com o intuito de investigar o envolvimento da comunidade na criação e gestão de um Centro Cultural localizado em uma periferia da cidade de Fortaleza, no Ceará, buscando contribuir para o avanço do conhecimento na área da gestão social. Diante do exposto, para alcançar os objetivos propostos, foi adotada uma abordagem qualitativa com base em pesquisa bibliográfica e documental.

3.1 Tipologia da pesquisa e categorias de análise

A pesquisa realizou um estudo de natureza qualitativa (Mignolo, 2008), utilizou-se das técnicas de levantamento bibliográfico e documental dos marcos legais da política de cultura no Estado do Ceará, o Centro Cultural Bom Jardim e buscou em documentos oficiais, podendo ser considerada uma pesquisa de caráter exploratório. Pois é desenvolvida com o interesse de proporcionar uma visão geral sobre o funcionamento dos mecanismos de participação social presentes na gestão do equipamento cultural em questão, buscando fatores que aproximem ou não este modo de gestão com os princípios da gestão social, a partir da perspectiva da população jovem do território (Gil, 2008).

Utilizando-se de Relatórios, Panoramas de Resultados Anuais e Projeto Pedagógico Anual, buscou-se descrever uma breve análise dos indicadores referente à promoção da participação social das juventudes da comunidade local. Foram realizadas observações das reuniões de gestão compartilhada (somente as reuniões que foram disponíveis em Plataforma Digital Youtube) e análise dos materiais que revelam os indicadores destacando os resultados da política pública com o passar dos anos selecionados (2020 - 2023).

Quadro 01: Matriz de categorias de análise teórica

CATEGORIAS DE ANÁLISE	BASE CONCEITUAL	QUESTÕES A OBSERVAR EMPIRICAMENTE
Juventudes e Políticas Públicas	Dayrell (2003); Sposito (2003)	Como as políticas públicas atendem às demandas específicas das juventudes?
Participação Social	Avritzer (2008); Boghossian e Minayo (2009); Dagnino (2004); Gohn (2004)	Quais os mecanismos de participação existentes? Como as juventudes são envolvidas na tomada de decisão? Quais são os desafios?
Gestão Social	Serva (1997); Pimentel (2011)/ Cançado e Tenório (2011); França e Eynaud (2020)	Quais são os indicadores de sucesso para a gestão social no centro cultural, e como as juventudes estão sendo envolvidas na avaliação e monitoramento desses indicadores?

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa avaliativa.

Com isto, foi buscado através da análise documental montar um arcabouço teórico sobre a política pública registrando o conteúdo da política pública e sua trajetória institucional, elementos importantes referente à uma avaliação em profundidade (Rodrigues, 2011), os quais serão fundamentais para uma posterior análise dos impactos sociais de sua gestão.

3.2 Características da amostra e sujeitos da pesquisa

O Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ) é um equipamento vinculado à Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult), gerido pela Organização Social Instituto Dragão do Mar (IDM), constituído como um centro cultural de base comunitária com objetivo de incentivar e difundir o campo da cultura, das artes e dos Direitos Humanos, bem como a promoção da democratização ao acesso das comunidades periféricas a eventos culturais, cursos e oficinas de artes. O CCBJ atua desde 2006 com recursos oriundos do Contrato de Gestão⁴ estabelecido com a SECULT e apoio do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP)⁵ e se mantém dialogando com agentes comunitários e com a população dos bairros que compõem o Grande Bom Jardim, a fim de elevar as melhorias e a efetivação de suas políticas públicas voltadas para a população geral desses territórios.

Figura 1 - Entrada principal



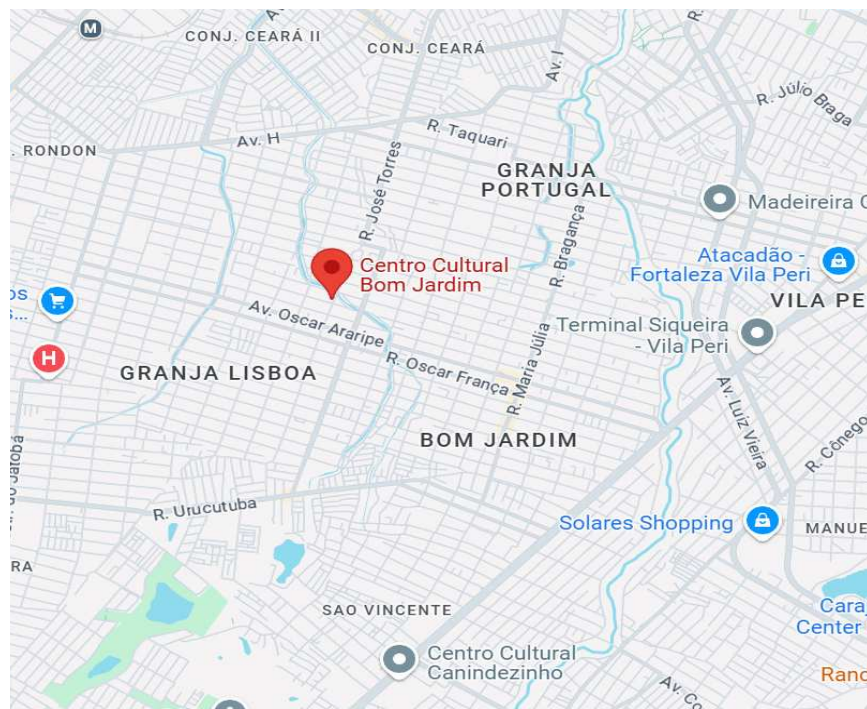
Fonte: Site Oficial CCBJ (Foto: Darlene Andrade)

⁴ Um Contrato de Gestão é um instrumento jurídico que estabelece as condições e os termos para a gestão de um serviço público, projeto ou programa por uma entidade privada ou pública, em nome do Estado ou de uma entidade pública

⁵ É tributo estadual que adiciona um percentual ao ICMS com objetivo de financiar programas sociais que reduzem a desigualdade. O público alvo são pessoas, grupos ou famílias que têm privação de elementos básicos e direitos fundamentais. [tributo estadual que adiciona um percentual ao ICMS](#)

O espaço localizado na Rua 3 Corações, 400 - Grande Bom Jardim em Fortaleza, Ceará, realiza mais de 10 mil atendimentos em campos múltiplos que vão de arte e educação à rede socioassistencial. As parcerias que fecham com o Centro Cultural do Bom Jardim chegam a mais de 100 instituições, sendo elas de ensino, sociais e culturais, fortalecendo ainda mais a sua rede de atuação territorial.

Figura 2 - Localização do Centro Cultural no Google Maps.



Fonte: Google Maps

É importante, também, ressaltar o alcance dos serviços do CCBJ, indo para além do município de Fortaleza. Com a pandemia e a conversão de atividades presenciais para a modalidade de ensino e produções remotas, o Centro se estendeu para 15 estados brasileiros, 31 cidades fora do Ceará e 18 municípios cearenses, entre esses: Redenção, Maranguape, Trairi, Cascavel e Itapipoca.

3.3 Procedimentos para a coleta dos dados e para a análise dos dados

Este trabalho, trata-se de uma pesquisa bibliográfica (Costa, 2013) de natureza exploratória (Gil, 2017) e de abordagem qualitativa (Mignolo, 2008), tendo como foco do estudo, a gestão do centro cultural popular de Fortaleza, o Centro Cultural Bom Jardim,

encaminhando a pesquisa com cunho avaliativo com base analítica e metodológica de uma avaliação em profundidade (Rodrigues, Gussi e Gonçalves, 2008).

A pesquisa se propõe a ser um material orientador, para se pensar alternativas para uma gestão mais aberta ao contexto o qual está inserido, buscando unir a população local com as tomadas de decisão. Portanto, logo abaixo está uma matriz elaborada para melhor visualização dos procedimentos realizados para coleta de dados e articulação metodológica.

Foi realizada a criação de um quadro geral da política pública, abrangendo o conteúdo da política, ao descrever os objetivos, suas concepções e os seus valores. O contexto da política, o qual nos evidencia o cenário político durante seu surgimento e as políticas e programas correlacionados e por fim, a sua trajetória institucional que colocará em ordem as principais mudanças e instituições envolvidas em sua execução.

Quadro 02: Matriz resumo de articulação metodológica

OBJETIVO GERAL: Entender como a Administração Pública estadual promove a participação de jovens, a partir do Centro Cultural Bom Jardim e compreende o contexto cultural territorial em seus processos de gestão.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PROCEDIMENTO DE COLETA DOS DADOS	PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS
Compreender o conteúdo e o contexto das políticas públicas para as juventudes encaminhadas no Centro Cultural Bom Jardim a partir dos processos de gestão;	Pesquisa documental em material Institucional (disponível online) e jornais, revistas e periódicos publicados sobre a política. (Gil, 2008)	Identificação dos objetivos e valores mencionados pela instituição em seus meios de comunicação e por materiais produzidos sobre a política pública, buscando os pontos de alinhamento (análise documental)
Analisar a trajetória das políticas públicas para as juventudes encaminhadas no Centro Cultural Bom Jardim a partir dos processos de gestão	Pesquisa documental em textos e documentos em sites institucionais (Gil, 2008) Panoramas de Resultados dos anos 2021 - 2023	Mapeamento dos indicadores considerados relevantes pela própria gestão. Busca de materiais produzidos e publicados em revistas e periódicos sobre política pública. (análise documental)
Identificar características da gestão social e, por fim, descrever o funcionamento da Gestão Compartilhada,	Pesquisa bibliográfica considerando os sites oficiais de ministérios, governos de estado, municípios, secretarias, IBGE. (Gil, 2008)	Apresentação do quadro geral da política pública, contemplando as características, valores e paradigmas orientados a partir de aspectos da Gestão Social (análise documental)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa avaliativa

Os dados desta pesquisa foram obtidos por meio de fontes já existentes como os relatórios oficiais publicados pela própria instituição ou por relatórios e documentos de Contrato de Gestão obtidos pela Organização Social responsável por sua gestão, o Instituto Dragão do Mar (IDM), além disso, a pesquisa se utilizou, por meio de levantamento bibliográfico, dados

secundários coletados de pesquisas e materiais escritos sobre o território, sobre cultura, sobre juventudes, sobre Gestão Social e sobre a política pública em si.

A catalogação bibliográfica criada para elaboração deste trabalho foi dividida em Políticas Culturais e de Juventudes, Centro Cultural Bom Jardim e Gestão Social. Diante de uma vastidão de trabalhos e produções acadêmicas sobre Políticas de Juventudes, foi utilizado trabalho com palavras-chave “Juventude, Vulnerabilidade, Política Pública, Cultura e Economia”, com periodicidade 2003 - 2023 e também a reincidência deles como referências em outros trabalhos. Sobre Políticas Culturais e Juventudes foram catalogados 21 trabalhos.

O Centro Cultural, apesar de ter completado a pouco tempo sua maioridade como equipamento cultural de base comunitária, seus 18 anos de (re)existência têm trazidos grandes frutos e oportunidades, e isto é notável também nas pesquisas por materiais acadêmicos.

O equipamento possui o olhar da academia e durante a busca para produção desta pesquisa, foram separados 15 trabalhos, entre eles é possível apreender por meio das palavras-chave recorrentes, a temática da inclusão digital, capacitação, formação, territorialidade, sociabilidade e memória social. Também é interessante ressaltar que os trabalhos elencados foram realizados após dez anos de CCBJ, possivelmente o tempo que leva para os desdobramentos e frutos da política cultural no espaço.

Referente a Gestão Social, o Brasil também possui material teórico considerável. Levando isso em conta foram selecionados apenas trabalhos com foco direcionado à Gestão Social, a partir da participação social e Gestão Social nas Políticas Culturais, tentando ao máximo, buscar correlação com o objeto de estudo. Na contagem foram levantados 9 estudos, sendo o mais antigo publicado em 2012.

Para análise da política pública foram utilizados um total de 3 documentos, referente ao Panorama Anual de Resultados, dos anos de 2020-2024, com o intuito de traçar um histórico das recentes mudanças e desempenho, segundo os indicadores disponíveis para análise da política pública.

Devido ao tempo e indisponibilidade de horários nas agendas, a pesquisa de campo e as entrevistas com os jovens beneficiários não puderam ser realizadas, o que seria de valiosa contribuição para construção deste estudo, mas buscou-se em trabalhos secundários estudos qualitativos com objetivo de destacar a subjetiva dos sujeitos beneficiários, sobretudo os jovens.

4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção aborda o conteúdo, o contexto e a trajetória institucional do Centro Cultural Bom Jardim, política pública de cultura, de base comunitária. Ainda neste tópico também é realizada análise da portaria nº 257 de dezembro de 2023 que regulamenta as Reuniões de Gestão Compartilhada como instrumento fundamental e obrigatório para tomada de decisões da gestão do equipamento, sendo marco histórico no modelo de gestão participativa do Estado.

No que diz respeito ao conteúdo e contexto desta política pública, são destacados os importantes marcos legais que orientaram a construção do arcabouço legal para o contexto político de surgimento do Centro Cultural Bom Jardim, são evidenciadas articulações que tiveram valorosa contribuição pela luta ao direito à cultura da periferia de Fortaleza, tomada pela comunidade local organizada. Para retratar a trajetória da política, são elencadas neste trabalho aspectos de coerência e dispersão da política pública ao longo dos anos, sua capacidade de seguir os valores e ideais empregados no momento de sua elaboração e as mudanças dos aspectos dinâmicos de sua implementação (Rodrigues, 2020).

4.1 Conteúdo e Contexto das políticas públicas implementadas no Centro Cultural Bom Jardim

Nos anos 60 a 90, o prestigiado educador e filósofo brasileiro Paulo Freire, já descrevia suas inquietações a respeito da formação de uma consciência crítica nos brasileiros e ao definir o conceito de cultura, destaca “a cultura é todo o resultado da atividade humana, do esforço criador e recriador do homem, de seu trabalho por transformar e estabelecer relações de diálogo com os outros homens” (Freire, 1980, p.38).

A cultura pode ser conceituada em diversas dimensões, para a antropologia, Laraia define como um “sistema de símbolos e significados” (*apud* Laraia, 2001, p.75), para o antropólogo Malinowski (1975, p43), a cultura pode ser definida amplamente como “a heranças de artefatos, bens, processos técnicos, ideias, hábitos e valores”, já para dimensão econômica, a cultura pode ser entendida como fonte de oportunidades, encontrado em um contexto de valorização da diversidade conforme é explicitado nas Diretrizes Gerais Do Plano Nacional de Cultura de 2007.

Ainda de acordo com o Plano Nacional de Cultura, a dimensão cidadã da cultura refere-se ao acesso democrático à cultura. Com o intuito do “estímulo à criação artística, democratização das condições de produção, oferta de formação, expansão dos meios de difusão, ampliação das possibilidades de fruição, intensificação das capacidades de preservação do patrimônio e estabelecimento da livre circulação de valores culturais” (Plano Nacional de Cultura p. 12).

Com o objetivo de ser referência como uma tecnologia social de formação em arte, cultura e economia criativa, o CCBJ tem sua composição constituída a partir de três pilares

essenciais para o funcionamento integral de sua política pública de cultura. O primeiro é o setor de Ação Cultural, que promove a programação cultural do espaço, como os eventos, mostras e festivais. Consequente, a Escola de Cultura e Artes (ECA), responsável por proporcionar a união dos programas de teatro, música, dança, audiovisual, acessibilidade e cultura digital e, por fim, o setor de atenção social do CCBJ, o NArTe.

A abordagem metodológica da Escola de Arte e Cultura do Centro Cultural Bom Jardim faz referência ao modelo conceitual de Ana Mae Barbosa, a “Abordagem Triangular”, que possui uma orientação sistêmica preocupada com a relação transdisciplinar e principalmente focada em proporcionar um aprendizado preocupado com o sujeito e o contexto local (Rizzi; Silva, 2017, p. 223). Esse modelo articula três vértices ou eixos que, inter-relacionados, influenciam a experiência artística: o fazer artístico, a apreciação estética e a reflexão sobre o fazer e apreciar. Cada um desses vértices contribui para uma educação artística mais integrada e significativa.

O primeiro eixo destaca a apreciação estética, focando na capacidade de compreender, analisar e interpretar obras de arte, promovendo um olhar mais sensível e crítico sobre as produções artísticas. O segundo reforça que a arte é um produto de seu tempo, convidando os educandos a uma compreensão mais ampla e contextualizada do papel da arte na sociedade, reconhecendo suas relações com aspectos históricos, culturais e políticos. O terceiro eixo aborda a necessidade da prática artística como meio de expressão e construção do conhecimento, valorizando a experimentação e a vivência criativa como parte essencial do processo educativo. No contexto da Escola de Arte e Cultura, essa abordagem tem como objetivo uma formação que valoriza as vivências individuais e coletivas, promovendo o reconhecimento das expressões culturais locais como parte de um processo educativo amplo e emancipatório.

Em conformidade com a pedagogia de Paulo Freire, que valoriza a educação popular como elemento fundamental de transformação social, destaca-se a importância do conhecimento enquanto prática libertadora. A conscientização proporcionada por esse modelo educativo permite ao sujeito não apenas refletir criticamente sobre sua realidade, mas também agir ativamente na construção de caminhos possíveis de mudança por meio da participação social. Essa perspectiva dialoga diretamente com a concepção de cultura como um processo dinâmico e emancipatório, no qual o saber não é apenas acumulado, mas vivenciado e ressignificado na interação com o mundo.

Freire (1980, p. 38) reforça essa ideia ao afirmar que “a cultura é também aquisição crítica e criadora e não uma justaposição de informações armazenadas na inteligência e ou na memória e não ‘incorporadas’ no ser total e na vida plena do homem”. Isso significa que o conhecimento precisa ser experienciado de forma integral, conectado com a vivência dos

sujeitos, para que tenha um impacto real em suas práticas e na transformação da sociedade. Nesse sentido, a Escola de Arte e Cultura do Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ) se insere como um espaço de educação emancipatória, onde a arte é utilizada como ferramenta para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a valorização das identidades culturais periféricas.

A estrutura pedagógica da Escola de Arte e Cultura, inspirada na Abordagem Triangular de Ana Mae Barbosa, promove a inter-relação entre fazer artístico, apreciação estética e reflexão crítica. Esse modelo fortalece o diálogo entre teoria e prática, permitindo que os participantes não apenas adquiram habilidades técnicas, mas também compreendam a arte como um meio de expressão social e política. Assim como defendido por Freire, a Escola não se limita a transmitir conteúdos de forma mecanizada, mas estimula a construção coletiva do conhecimento a partir das vivências dos alunos, potencializando a arte como instrumento de transformação pessoal e social.

Figura 3 - Parte externa do CCBJ



Fonte: Imagens retiradas da galeria disponível em site oficial do CCBJ

Essas ações que conduzem o processo orgânico de desenvolvimento formativo proposto pelo CCBJ estão assentados em quatro eixos essenciais, são esses os laboratórios de pesquisa que proporcionam um percurso de experimentação metodológica de incentivo a pesquisa, os cursos básicos livres, que oferecem uma aproximação com diferentes linguagens artísticas, os cursos técnicos que possuem uma duração mais extensa visando um estudo mais aprofundado

teórico-prático e os ateliês de produção que tem como proposta a união entre a experimentação prática e profissionalização para geração de renda.

O CCBJ também conta com um programa de mentoria para elaboração e gestão de projetos comunitários voltados para arte e cultura dentro das periferias fortalezenses, a fim de orientar esses coletivos na formalização de seus projetos, incentivar a participação em editais e facilitar a captação de recursos. Exemplo disso são os projetos *Bússola Cultural* e os *Laboratórios de Pesquisas*, que oferecem suporte técnico e formativo para agentes culturais, fortalecendo suas iniciativas e ampliando suas possibilidades de atuação no cenário artístico local.

Além de contribuir para a profissionalização dos coletivos, essas iniciativas promovem o empoderamento social, permitindo que grupos historicamente marginalizados acessem oportunidades e consolidem suas práticas culturais. O *Bússola Cultural*, por exemplo, atua como uma plataforma estratégica para direcionar artistas e produtores culturais no entendimento das políticas de financiamento, na estruturação de seus projetos e na articulação em redes de colaboração. Já os *Laboratórios de Pesquisas* incentivam a experimentação e a reflexão crítica sobre práticas culturais, promovendo a produção de conhecimento e a inovação artística a partir das vivências dos próprios participantes. Dessa forma, o CCBJ desempenha um papel essencial na democratização do acesso à cultura e na valorização da diversidade artística presente nas periferias de Fortaleza.

Figura 4: Registro de atividades na praça central



Fonte: Imagens retiradas da galeria disponível em site oficial do CCBJ

Os programas voltados para o incentivo do protagonismo e do associativismo de jovens e pequenos coletivos, como os *Agentes Criativos* e as *Iniciativas de Desenvolvimento Comunitário*, promovidos pelo CCBJ por meio de Chamadas Públicas, refletem diretamente os princípios da gestão social, conforme discutido por França Filho e Boullosa (2015). A gestão social pressupõe uma ação pública que pode ser conduzida tanto por instituições estatais quanto por associações e coletivos que atuam em defesa do interesse geral, ampliando a participação cidadã e a corresponsabilidade na formulação e execução de políticas públicas locais.

Nesse sentido, ao mobilizar e fortalecer grupos organizados da sociedade civil, os programas do CCBJ contribuem para um modelo de gestão que não se restringe à administração pública tradicional, mas que incorpora múltiplos atores e perspectivas em um sistema de governança compartilhada. Isso possibilita a criação de redes de colaboração, promovendo soluções inovadoras para desafios comunitários e reforçando a autonomia dos coletivos na gestão de seus próprios projetos culturais e sociais.

França Filho e Eynaud refletem que essas iniciativas podem ser entendidas como formas de ação coletiva, na medida em que reúnem indivíduos em torno de objetivos comuns, favorecendo a cooperação e a resolução de problemas sociais por meio da cultura e do associativismo. Além disso, ao estimular a participação direta dos coletivos no desenvolvimento das políticas culturais locais, o CCBJ atua como um catalisador de processos de emancipação social, garantindo que as vozes da comunidade sejam incorporadas na definição de estratégias e na alocação de recursos. Dessa forma, a gestão social, ao permitir que a sociedade civil se organize e atue como protagonista na construção de políticas públicas, enriquece o campo da governança democrática e fortalece a cultura da participação cidadã.

Entre os principais documentos que norteiam a atuação dessa política pública, podemos colocar o Plano Estadual de Cultura do Ceará (Lei nº16.026), de junho de 2016, pelo acolhimento do equipamento às diretrizes legais deste instrumento normativo, em especial, a liberdade de expressão, criação e fruição, diversidade cultural e o respeito aos direitos humanos, à memória e à tradição local. Assim como o próprio CCBJ destaca em seu PPP (Projeto Político Pedagógico) de 2020.

É imprescindível mencionar as referências que transversalmente atravessam as atividades e o trabalho do CCBJ, justamente por seu público alvo ser predominantemente de crianças, adolescentes e jovens, são elas: a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e Adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e o Plano Nacional de Juventude (PNJ).

Podemos ainda apontar alguns importantes marcos legais que orientam e proporcionam espaço para a construção e consolidação do Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), especialmente dentro do contexto da política cultural nacional. Um dos principais marcos é a Constituição Federal de 1988, conhecida como a *Constituição Cidadã*, que representa um documento transformador nas concepções sobre o papel do Estado e as políticas sociais no Brasil. A partir dessa Constituição, o Estado brasileiro passou a reconhecer e garantir direitos fundamentais que envolvem a cidadania plena e o acesso à cultura, educação e outros serviços essenciais à dignidade humana.

De acordo com Francisco Humberto Cunha Filho (2011), é pertinente nomear a Constituição de 1988 como uma *Constituição Cultural*, dado que, em vários de seus títulos, ela incorpora e fortalece a temática cultural, refletindo um entendimento mais amplo e inclusivo da cultura na sociedade brasileira. A partir dessa Constituição, a cultura deixa de ser vista apenas como um setor específico, restrito a políticas culturais isoladas, e passa a ser reconhecida como um direito fundamental, implicando uma obrigação do Estado em promover e garantir o acesso da população à produção cultural em suas diversas manifestações. A articulação de direitos culturais em diferentes seções da Constituição reflete uma mudança paradigmática, que propõe uma visão mais integrada da cultura nas políticas públicas, reconhecendo-a como um elemento central para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A Constituição de 1988, ao introduzir esse novo entendimento sobre a cultura, estabelece um contexto legal favorável para iniciativas como o CCBJ, que se apropriam dessa visão ampla e integradora para promover a democratização do acesso à cultura, especialmente nas periferias urbanas, onde o acesso a políticas públicas e serviços culturais muitas vezes é limitado. Nesse sentido, o CCBJ pode ser compreendido como um agente importante na implementação das diretrizes constitucionais, com a missão de garantir que os cidadãos do Bom Jardim e de outras áreas periféricas de Fortaleza possam vivenciar e participar ativamente da vida cultural, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, democrática e plural.

Especificamente nos Artigos 215 e 216, a CF 88 estabelece a proteção e promoção do patrimônio cultural brasileiro que sejam portadores de referência à identidade e memória. O artigo descreve ainda a importância do apoio e investimento governamental para valorização da cultura, e institui a cultura como espaço de realização da cidadania, sendo direito fundamental de todos os cidadãos. Seguindo seu artigo 216, a Constituição Federal determina:

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e

promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

No início dos anos 90, a promulgação da Lei nº 8.313/1991, popularmente conhecida como Lei Rouanet, representou um marco significativo na consolidação de uma política nacional de cultura no Brasil. Essa lei estabeleceu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), com o objetivo de fomentar a produção cultural no país por meio de incentivos fiscais e apoio a projetos culturais diversos, como música, dança, teatro e artes visuais. Ao criar mecanismos que permitiram o financiamento de iniciativas culturais por meio de renúncias fiscais, a Lei Rouanet proporcionou uma maior visibilidade e sustentação para os projetos culturais em todo o território nacional, especialmente no que diz respeito à produção independente e ao fortalecimento da diversidade cultural brasileira.

Somado a isso, a Lei nº 12.343/2010, que introduziu a Política Nacional de Cultura Viva, ampliou ainda mais o alcance das políticas culturais no Brasil, com um foco específico nas manifestações culturais e artísticas oriundas de movimentos sociais e das comunidades. Essa legislação fortaleceu as práticas culturais que surgem nas margens da sociedade formal, promovendo uma nova visão sobre a cultura, na qual o protagonismo local e a valorização das manifestações populares são reconhecidos como elementos essenciais para a construção da identidade nacional. A Política Nacional de Cultura Viva se alinha com a busca pela promoção de direitos culturais e pelo reconhecimento das diversas expressões culturais que permeiam a sociedade brasileira, especialmente nas comunidades periféricas e nas regiões menos atendidas pelos meios de produção cultural tradicionais.

Em alusão à Constituição Federal de 1988, é possível destacar também a Resolução 217 - A da Organização das Nações Unidas (ONU) presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em seu artigo 22, a resolução traz o direito à cultura como fundamental e indispensável à dignidade e desenvolvimento para todo e qualquer indivíduo em sociedade.

Esses marcos legais refletem, em âmbito federal, o movimento em direção ao reconhecimento e à garantia de direitos no campo da cultura, memória e identidade. Eles demonstram uma evolução nas políticas públicas culturais, que passaram a integrar, de forma mais ampla, as diversas manifestações culturais do país e a assegurar um direito fundamental ao acesso à cultura, como parte da cidadania plena. O CCBJ, ao se beneficiar e se alicerçar em tais marcos legais, atua como um agente importante no processo de implementação dessas políticas,

promovendo, especialmente nas periferias, um espaço de construção, preservação e valorização da identidade cultural local.

Para fins de estudo da desigualdade socioespacial da cidade, a Prefeitura de Fortaleza desenvolveu um estudo sobre o Índice de Desenvolvimento Humano nos Bairros (IDH-B), baseado no Censo Demográfico do IBGE de 2010 e utiliza a mesma metodologia de classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em que são atribuídas notas de 0 a 1, quanto mais próxima a nota for do 1 melhor é o IDH.

Segundo este levantamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, dentre os 118 bairros da cidade, o bairro Bom Jardim ocupa o 103º lugar, com IDH de 0,19, fazendo parte dos bairros com baixos índices sócio-econômico. Aos demais bairros do território do Grande Bom Jardim o IDH corresponde a: Granja Portugal 104º (0,19); Granja Lisboa 111º (0,16); Siqueira 114º lugar (0,14), Canindezinho 116º (0,13).

Portanto, vale ressaltar que as atividades desenvolvidas pelo Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ) são implementadas em um contexto de forte vulnerabilidade econômica e, conseqüentemente, social, o que demanda uma atuação cuidadosa e integrada para atender às necessidades das comunidades periféricas de Fortaleza. O conceito de vulnerabilidade, enquanto categoria analítica, tem sido amplamente tratado por diversos autores, permitindo sua aplicação em diferentes campos de estudo. Kowarick (2009), por exemplo, apresenta que as vulnerabilidades podem ser sociais — o que incluem questões relacionadas à mobilidade, à violência, à educação e a questões de gênero— e também econômicas ou materiais — caso dos recursos financeiros disponíveis para desenvolver iniciativas, o desafio da geração de renda e a questão do trabalho.

Para Ayres (2009), o conceito pode ser designado a grupos ou indivíduos fragilizados em múltiplas esferas da sociedade, como por exemplo jurídica ou política e que necessitam de políticas públicas para garantia e proteção dos direitos fundamentais. Sánchez e Bertolozzi (2007) complementam fazendo recomendações sobre a necessidade de observar as trajetórias individuais e coletivas, das interações e dos contextos sociais para entender os processos de vulnerabilização.

As vulnerabilidades sociais incluem fatores como a violência urbana, as limitações de acesso a serviços públicos de qualidade, as dificuldades no sistema educacional e as desigualdades de gênero. Esses elementos estruturam um cenário de fragilidade que compromete o pleno exercício da cidadania e o desenvolvimento pessoal e coletivo. Já as vulnerabilidades econômicas ou materiais estão relacionadas a aspectos como a falta de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos e iniciativas comunitárias, o desafio constante da geração de

renda e a precariedade no mercado de trabalho. Esse contexto exige que as políticas públicas culturais, como as implementadas pelo CCBJ, não apenas ofereçam acesso à cultura, mas também desempenhem um papel fundamental na geração de oportunidades e no fortalecimento das capacidades locais.

O CCBJ, ao atuar nesse cenário de vulnerabilidade, não se limita a ser um espaço de fruição cultural, mas também se torna um agente de transformação social e econômica, ao promover, por exemplo, a capacitação profissional, a geração de renda e o fortalecimento das redes de apoio entre os próprios moradores. Dessa forma, o Centro Cultural contribui para minimizar as vulnerabilidades identificadas por Kowarick, criando um ambiente onde as expressões culturais e a solidariedade comunitária podem florescer como ferramentas de resistência e mudança diante das adversidades.

Na busca por mudança nos cenários de fragilidade do território, visualiza-se a intervenção dos cidadãos e o exercício do direito em intervir sobre o seu espaço, conforme explica Dowbor (2016). Essa realidade é constantemente pauta das lutas sociais, por meio do fortalecimento das articulações com liderança locais, o qual junto aos outros bairros dos arredores, compõem uma rede de atuação reconhecida na cidade com cerca de 110 associações, organizações, grupos, coletivos, escolas e instituições.

O que transforma o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ) em uma política pública à parte é a área em que está inserido, um território marcado por desafios socioeconômicos e pela história de marginalização das populações periféricas. No entanto, neste estudo, compreende-se o território não apenas como um espaço físico delimitado geograficamente, mas também sob uma concepção crítica e contra-hegemônica das territorialidades, considerando os marcadores raciais e sociais que influenciam a construção e a configuração desses espaços. De acordo com o professor Muniz Sodré (2003, p. 23), podemos entender o território como “o lugar marcado de um jogo, que se entende em sentido amplo como a protoforma de toda e qualquer cultura: sistema de regras de movimentação humana de um grupo, horizonte de relacionamento com o real”, em suas palavras:

Território é, assim, o lugar marcado de um jogo, que se entende em sentido amplo como a protoforma de toda e qualquer cultura: sistema de regras de movimentação humana de um grupo, horizonte de relacionamento com o real. Articulando mobilidade e regras na base de um “fazer de conta”, de um artifício fundador que se repete, o jogo aparece como a perspectiva ordenada de ligação entre o homem e o mundo, capaz de combinar as ideias de limites, de liberdade e de invenção.

A metáfora do "jogo", apresentada por Sodré, reflete a cultura e as interações humanas como elementos centrais na constituição do território. Esse "jogo" envolve regras e limites que coexistem com a liberdade e a invenção, sendo a mobilidade e as interações humanas os mecanismos que constroem e redefinem o espaço ao longo do tempo. O território, então, não é um conceito fixo e imutável, mas um espaço dinâmico, onde as normas sociais, políticas e culturais interagem constantemente, criando e recriando significados e formas de organização social. Em um contexto como o do Bom Jardim, essas dinâmicas tornam-se ainda mais evidentes, à medida que o CCBJ, enquanto agente de transformação, atua para reconfigurar as territorialidades locais e emancipar seus moradores por meio da cultura e da participação comunitária.

Portanto, pode-se afirmar que as movimentações que deram origem a essa política pública não surgiram exclusivamente no âmbito federal, embora tenham sido influenciadas pelo cenário nacional. As práticas e as políticas culturais do CCBJ têm raízes profundas nas ações de organizações não governamentais e coletivos locais, que, ao longo do tempo, desempenharam um papel fundamental na construção de alternativas e soluções para os problemas sociais enfrentados pela comunidade. Tais organizações, ao trabalharem em estreita relação com o CCBJ, foram essenciais na criação de um espaço onde a cultura não apenas se expressa, mas também se torna um meio de resistência e de reconfiguração do território, buscando redefinir as relações de poder e os espaços de visibilidade e de ação das populações periféricas.

Então é de suma importância destacar alguns exemplos de organizações não governamentais, associações de bairros e movimentos populares que tiveram papel fundamental na implementação e nos frutos desta política.

Há mais de 20 anos, a Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (Rede DLIS) do Grande Bom Jardim, em conjunto com moradores, associações e as ONG's, atuam no controle de políticas públicas e na reivindicação de demandas da população. Desde 2003, essa rede realiza articulações, com cerca de 72 organizações da região, pela vida da juventude e pela paz no território, buscando o desenvolvimento local. A Rede DLIS é criada com o objetivo de diagnosticar e elaborar novas propostas que busquem o desenvolvimento sustentável do território, entre elas a construção do próprio centro cultural, produzindo espaços de diálogos com secretarias e os governantes do estado.

Figura 5 - Encontro da Rede DLIS com novo Secretário Jovanil Oliveira Define Prioridades para 2025



Fonte: Site oficial Centro de Defesa Herbert de Souza (CDVHS)

Outro ator social importante para a história do centro cultural e de fortalecimento da rede territorial, é o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS). O CDVHS é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) que atua no GBJ desde 1994, com sua nascente nas lutas comunitárias, visando a garantia dos Direitos humanos, sobretudo o direito das juventudes.

O JAP (Jovens Agentes da Paz), fundado dentro da estrutura organizacional do Centro de Defesa Herbert de Souza (CDVHS), emerge como uma importante iniciativa de formação e protagonismo juvenil, focada na emancipação da juventude das escolas estaduais do Grande Bom Jardim. A criação do JAP, como um espaço de protagonismo juvenil, visa fortalecer a participação dos jovens nas questões sociais e políticas que afetam suas vidas cotidianas, incentivando-os a se posicionar e agir de forma assertiva para transformar a realidade de sua comunidade.

Entre as ações desenvolvidas pelo JAP, destaca-se o monitoramento de violações de direitos humanos, com um olhar atento para as situações que afetam diretamente as juventudes da região. Utilizando-se dos princípios e direitos estabelecidos pelo Estatuto da Juventude, regulamentado pela Lei nº 12.852 de 2013, o projeto se articula com a legislação nacional que reconhece a juventude como sujeito pleno de direitos, oferecendo-lhes mecanismos de proteção e garantia de acesso a políticas públicas que promovam seu desenvolvimento integral. O Estatuto da Juventude não apenas proporciona um marco legal para a ação do JAP, mas também

estabelece um conjunto de direitos e deveres que devem ser observados pelo Estado, pela sociedade e pelos próprios jovens, garantindo-lhes oportunidades iguais de participação em todas as esferas da vida pública e social.

O objetivo principal do JAP, de "movimentar a juventude do Grande Bom Jardim para que ela se torne promotora da paz e dos direitos humanos", vai além de uma simples capacitação técnica ou formação política; ele busca, na essência, transformar a própria concepção de cidadania dos jovens, incentivando-os a exercerem seus direitos, a defenderem uns aos outros e a atuarem ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao tornar os jovens protagonistas de suas próprias histórias e agentes na promoção de um futuro mais pacífico, o JAP também atua na criação de uma rede de solidariedade e cooperação entre os jovens do Grande Bom Jardim, possibilitando um ambiente mais seguro e integrado para o exercício da cidadania plena. Este projeto não apenas reforça o papel da juventude como sujeito ativo na sociedade, mas também fortalece as bases de uma comunidade engajada na defesa dos direitos humanos e na construção de uma cultura de paz.

Figura 6: V Festival das Juventudes realizado pelo CDVHS e jovens do JAP em 2023.



Fonte: Site oficial Centro de Defesa Herbert de Souza (CDVHS)

Barbalho e Alves (2014) destacam que, até 2005, Fortaleza não dispunha de políticas públicas direcionadas à juventude de forma estruturada e consistente. O cenário era marcado pela ausência de programas efetivos que reconhecessem as especificidades e necessidades do público jovem, um reflexo de um contexto mais amplo de marginalização das questões juvenis nas agendas políticas locais. Durante esse período, as políticas públicas voltadas para a juventude

eram praticamente inexistentes, o que fazia com que muitos jovens da cidade permanecessem à margem das discussões sobre direitos e cidadania. Esse vazio institucional só começou a ser preenchido a partir da mobilização dos movimentos sociais juvenis, que pressionaram por um olhar mais atento do poder público. As reivindicações culminaram na criação da Secretaria Nacional da Juventude, que teve um papel decisivo na construção do Estatuto da Juventude, sancionado em 2013. Esse marco legal e institucional foi essencial para garantir direitos específicos aos jovens, criando, finalmente, uma base de políticas públicas voltadas para a juventude no Brasil.

A partir de 2005, com a implementação do Estatuto da Juventude e a criação da Secretaria Nacional da Juventude, o Governo Municipal de Fortaleza passou a adotar um novo posicionamento, com políticas mais direcionadas às necessidades desse segmento. Foi a partir dessa nova perspectiva que o poder público começou a olhar para os jovens não mais como um problema a ser gerido, mas como agentes de mudança, com necessidades e direitos próprios. Entre as ações mais significativas, destaca-se a criação de espaços físicos de convivência e de desenvolvimento juvenil, com foco na promoção da participação e no protagonismo dos jovens. Uma das principais iniciativas nesse sentido foi a implantação da Rede Cuca, inaugurada em 2009. A Rede Cuca, com a proposta de criação dos Centros Urbanos de Arte e Cultura (CUCA), representou uma verdadeira inovação no entendimento da juventude, não mais como um público passivo, mas como protagonista das políticas culturais, sociais e educativas.

O modelo dos CUCAs, inspirado em uma rede que buscava alcançar as diversas demandas dos jovens das periferias, proporcionava não apenas o acesso à cultura e à arte, mas também espaços para a prática esportiva, capacitação profissional e desenvolvimento de habilidades de liderança. Esses centros tornaram-se, assim, importantes locais de formação e inclusão, contribuindo para a criação de um ambiente de interação social, onde os jovens podiam se expressar, desenvolver novas habilidades e ocupar espaços de protagonismo. A implementação desses centros representou um avanço significativo na promoção de uma juventude ativa e empoderada, e passou a ser vista como uma política pública transformadora, que possibilita a participação dos jovens nas discussões e na construção de sua própria realidade. O fortalecimento desses espaços culturais e educativos, portanto, está diretamente relacionado à construção de um cenário mais inclusivo e democrático para a juventude fortalezense, refletindo um avanço na implementação das políticas públicas para esse público.

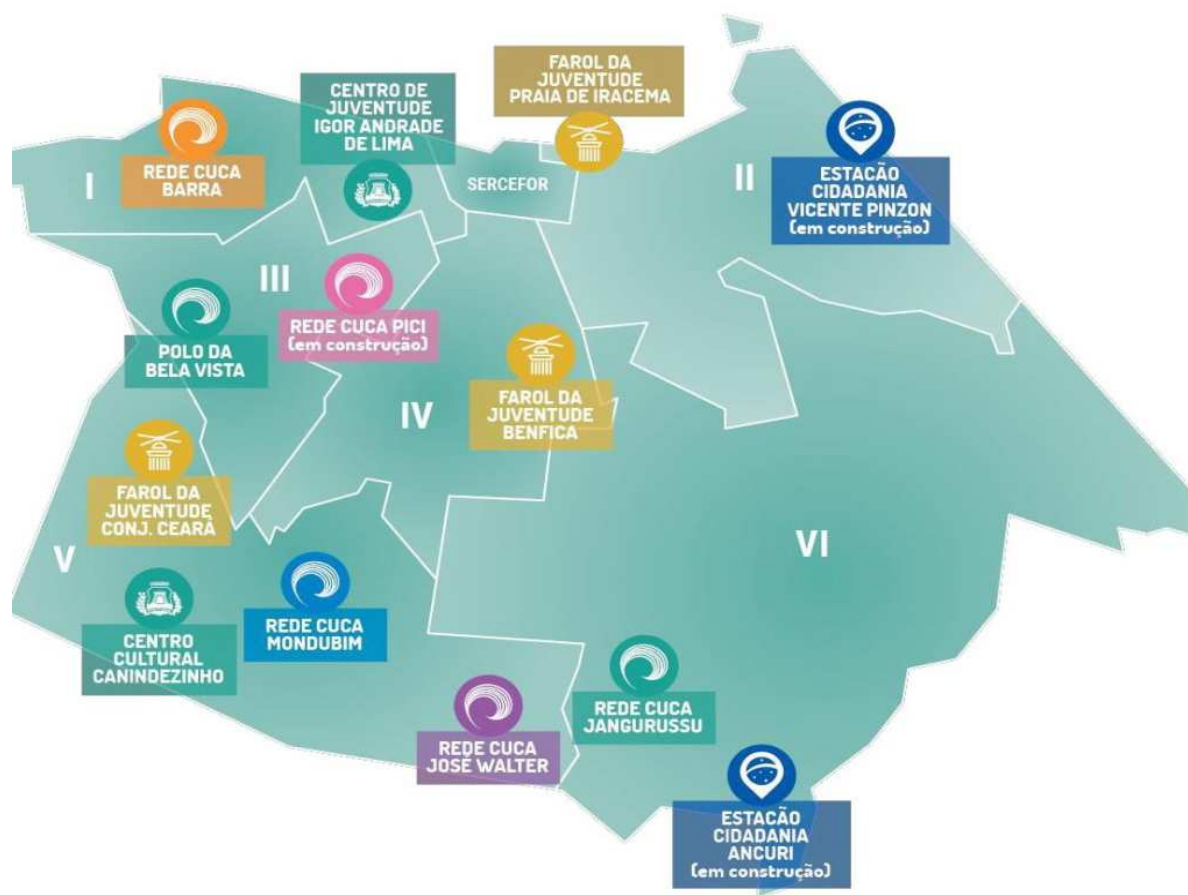
Neto (2016) aponta que a construção do primeiro Centro Urbano de Arte e Cultura (Cuca Barra) foi pautada por uma série de fatores determinantes, como a história do bairro, que é um dos mais antigos da cidade, e sua proximidade com a orla marítima, uma área que, na época,

enfrentava sérios problemas relacionados à prostituição juvenil e à marginalização social da população, especialmente a juventude. Esses fatores se entrelaçam com os altos índices de violência que caracterizavam a região, como roubos, furtos, tráfico de drogas e homicídios, configurando um cenário de extrema vulnerabilidade social, com diversas famílias vivendo em condições precárias e expostas a situações de risco. Nesse contexto, a criação do Cuca Barra se tornou uma estratégia de enfrentamento dos desafios sociais, propondo um espaço de educação, cultura e lazer para os jovens da região, oferecendo alternativas e oportunidades para sua inclusão social e desenvolvimento.

Com o sucesso da iniciativa e a devolutiva positiva da população e das juventudes, a política foi ampliada e outros quatro Centros Urbanos de Arte e Cultura foram inaugurados em diferentes bairros de Fortaleza: Cuca Mondubim (2012), Cuca Jangurussu (2012), Cuca José Walter (2014) e, finalmente, Cuca Pici (2020). Essa expansão demonstrou o reconhecimento da importância de tais espaços para a construção de uma juventude mais ativa, empoderada e livre das armadilhas da violência e marginalização. Esses centros passaram a ser vistos como instrumentos de transformação social, proporcionando a jovens em situação de vulnerabilidade a oportunidade de acessar uma série de atividades culturais, educativas e esportivas que favorecem seu protagonismo e a inserção em diferentes esferas da sociedade.

No entanto, ao analisar a implementação dessa política pública, é possível observar que o Grande Bom Jardim, uma área que também se encaixa nos critérios de vulnerabilidade e necessidade de intervenções sociais, não foi contemplado por essa expansão. Apesar de atender a todas as características estabelecidas para a construção dos CUCAs – como índices importantes de violência, pobreza e marginalização juvenil – o bairro ficou fora do escopo da política, o que pode ser interpretado como uma falha na distribuição equitativa dos recursos e no planejamento das políticas públicas. Esse fato levanta questões sobre a eficácia e o alcance da política, além de refletir sobre a necessidade de um olhar mais atento para áreas como o Grande Bom Jardim, que, apesar de sua importância social, continua a carecer de equipamentos públicos e políticas que atendam diretamente suas demandas específicas.

Figura 07: Mapa das políticas públicas de juventudes geridas pela Secretaria Municipal de Juventudes de Fortaleza.



Fonte: Instituto de Arte e Cultura, 2020 disponível em site oficial.

Somente em 2020, o mini Cuca, como era chamado pela própria Secretaria Municipal de Juventudes (SEJUV), foi entregue à população do GBJ, por meio de uma Operação Urbana Consorciada (OUC), instrumento urbanístico fruto de parceria entre o poder público e iniciativa privada. A Sejuv com terreno cedido em acordo com uma rede de supermercado atacadista (Atacadão), buscou construir um equipamento semelhante aos da Rede Cuca, mas com capacidade de atendimentos reduzida. Após diálogos e determinações da comunidade local, ficou decidido que o espaço seria um Centro Cultural, o então denominado Centro Cultural do Canindezinho (CCC).

É interessante mencionar que o CCC se constituiu das demandas populares, sobretudo, movimentado pelas juventudes do território. O JAP, jovens agentes de paz, foram os principais articuladores e atores que trabalharam para a implantação da política pública. Os jovens agentes da paz constituem a expressão exemplar de atores sociais que trabalham pela consecução de seus objetivos pessoais e comunitários.

Neste caso, observamos que o território se constitui de forte presença de atores sociais, que se reconhecem como pertencentes ao jogo e compreendem as regras (Sodré, 2003) marcados por uma população com objetivos pessoais e perspectivas de mudança, com a capacidade e aprimoramento da comunicação e atuação em rede, junto à conscientização dos direitos fundamentais da cidadania. Na sequência, sintetizado em um quadro analítico, um levantamento dos achados a partir do conteúdo apresentado:

Quadro 03: Análise das dimensões conteúdo e contexto da política

Categorias de Análise	O que se pretendia compreender	Inferência a partir da análise dos dados
Juventudes e Políticas Públicas	Como as políticas públicas atendem às demandas específicas das juventudes?	O CCBJ torna-se referência no Grande Bom Jardim pela falta de políticas públicas e pela forte presença das juventudes, o equipamento atua como propulsor e oportuniza muito jovens, além de fazer parte do fortalecimento das articulações territoriais e aberto às demandas da população local.
Participação Social	Como as juventudes estiveram envolvidas na implantação do CCBJ?	As juventudes, juntamente com a rede local, formada por coletivos, associações e as OSC's foram basilares para a existência do Centro Cultural.
Gestão Social	Quais são os paradigmas e abordagens que orientam a política do centro cultural? Quais valores são fundamentais para o funcionamento do centro cultural?	Entre as diretrizes que regem o trabalho do CCBJ podem ser elencadas a busca por liberdade de expressão, criação e fruição, diversidade cultural e o respeito aos direitos humanos, à memória e à tradição local (p.36), se utilizam de abordagens que valoriza o sujeito e contexto local, assim como procura o fortalecimento de redes e o desenvolvimento territorial.

Fonte: Elaboração própria

A partir da análise das categorias relacionadas ao conteúdo e contexto do CCBJ, podemos traçar um panorama de forte interação entre as juventudes e as políticas públicas locais. Em um contexto fragilizado que carece de políticas públicas intersetoriais, o CCBJ emerge como referência fundamental propulsora de transformação social. O centro cultural transforma-se para além de um equipamento cultural, um instrumento de fortalecimento territorial, impulsionando a construção da identidade coletiva e de desenvolvimento local.

A análise das categorias de "Juventudes e Políticas Públicas" revela que o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ) se destaca como uma referência crucial no Grande Bom Jardim, uma região

historicamente negligenciada pela falta de políticas públicas voltadas às juventudes. A escassez de ações do poder público nesse território fez com que o CCBJ se tornasse um agente fundamental de transformação social. O equipamento cultural, além de promover atividades que atendem às demandas específicas dos jovens, atua como um propulsor de oportunidades para essa população. Em um contexto de alta vulnerabilidade social, o CCBJ se torna um ponto de resistência e fortalecimento das articulações locais, sendo aberto às necessidades da comunidade e oferecendo um espaço para a juventude se expressar e participar ativamente de sua construção social e cultural.

Em relação à categoria "Participação Social", os dados evidenciam a importância da atuação das juventudes na criação e consolidação do CCBJ. A participação dos jovens, juntamente com a rede local de coletivos, associações e Organizações da Sociedade Civil (OSCs), foi essencial para a materialização do Centro Cultural. A colaboração entre os diversos atores sociais da comunidade foi uma condição indispensável para o sucesso da implementação do CCBJ. Esse envolvimento das juventudes reforça a ideia de que a efetivação de políticas públicas eficazes requer a inclusão dos principais afetados nas decisões e ações que dizem respeito às suas vidas e realidades.

Por fim, ao analisar a categoria "Gestão Social", observa-se que o CCBJ se orienta por princípios e abordagens que priorizam a valorização do sujeito e do contexto local. Os paradigmas que guiam a política do centro cultural incluem o respeito à liberdade de expressão, a promoção da diversidade cultural e a defesa dos direitos humanos. Esses valores fundamentais buscam não apenas proporcionar um espaço para a criação e fruição cultural, mas também fomentar o fortalecimento de redes sociais e o desenvolvimento territorial. O CCBJ adota uma abordagem que se preocupa com o fortalecimento das capacidades locais, promovendo a autonomia da comunidade e a inclusão de seus habitantes na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com ênfase na memória e nas tradições locais. A gestão do centro cultural se alinha, portanto, com uma visão de gestão social que integra ações culturais, sociais e educacionais, voltadas ao fortalecimento de um território mais coeso e empoderado.

4.2 Trajetória Institucional do Centro Cultural Bom Jardim

Considerando o princípio da participação popular presente no art. 215 da Constituição Federal de 1988, o CCBJ é considerado marco histórico para a cidade e para o estado do Ceará, trata-se do único equipamento SECULT/IDM a ampliar a participação da sociedade civil em seus processos de gestão, por meio do Gestão Compartilhada (GC). A GC é um projeto que esteve

presente desde a criação do Centro Cultural, a proposta sempre consistiu em tornar um espaço aberto ao público e às demandas exclusivas da comunidade. Mas a missão de trazer pessoas, conseguir o envolvimento e estimular a participação foi e continua sendo um tanto desafiadora.

Em sua dissertação de mestrado, a autora Gyl Giffony Araújo Moura, traz um rico detalhamento sobre a história de elaboração, inauguração e envolvimento do Centro Cultural com a comunidade do Bonja (nome popular dado ao conjunto de bairros que formam o território do Grande Bom Jardim). A autora traz relatos de moradores sobre a relação com o equipamento, descreve as dificuldades da gestão de aproximação com a comunidade, o distanciamento ocasionado pela institucionalização dos “ajustes” ao projeto arquitetônico do Centro Cultural (implementando grades e tetos), a presença de segurança armada no espaço e outros desafios para aproximar e criar vínculos com a comunidade.

A autora dá importância a alguns projetos realizados entre os anos de 2009 e 2012, como o “Cadeira na Calçada” que buscava aproximar os moradores das comunidades às atividades do Centro Cultural. Foram realizados encontros com a população nos ambientes mais comuns do cotidiano, as calçadas de suas casas, e por meio de entrevistas guiadas e semi-estruturadas eram abordados temas sobre vida, trabalho, família, comunidade e a própria instituição.

Esse tipo de abordagem é enriquecedor na criação de vínculos de confiança e afetividade. Segundo Freire (1992), é importante compreender como o povo pensa e age para não ocorrer imposições e sobreposições de saberes, na experiência do projeto “Cadeira na Calçada”, cria-se o que Freire chama de ter respeito ao “saber de experiência feito”. Dessa forma, as relações são colocadas de forma horizontalizada, o educador não fala ao povo, e sim com o povo. (Freire, 1992, p.28)

A reflexão proposta por bell hooks sobre a educação revela uma crítica profunda ao distanciamento entre o conhecimento formal e as realidades vividas pelos educandos, colocando em destaque a necessidade de uma abordagem pedagógica que seja genuinamente acessível e relevante para as experiências de vida dos indivíduos. A afirmação de que "nenhuma teoria que não possa ser comunicada numa conversa cotidiana pode ser usada para educar o público" (hooks, 2017, p. 90) destaca a ideia de que o aprendizado deve ser baseado na comunicação e na troca de saberes que sejam concretos e vivenciados pelos sujeitos. Para bell hooks, a teoria deve ser sempre útil, prática e capaz de dialogar com o cotidiano das pessoas, especialmente das comunidades marginalizadas. Nesse sentido, o processo de educação deve ser uma via de mão dupla, onde os saberes populares, as experiências vividas e as formas de conhecimento local tenham lugar dentro do espaço educacional.

No contexto do CCBJ, essa teoria de bell hooks se conecta diretamente à forma como o centro cultural se relaciona com a comunidade e com os jovens da região. Através de seus programas e ações externas, o CCBJ se aproxima da realidade das juventudes do Grande Bom Jardim, entendendo suas especificidades, contextos e demandas. O trabalho de base executado pelo centro buscou criar uma plataforma de diálogo entre os saberes populares e as práticas culturais formais, promovendo uma educação que não é apenas teórica ou institucionalizada, mas que reflete as vivências, as dores e as conquistas da própria comunidade. Essa abordagem permite que a participação social não seja apenas um conceito abstrato, mas uma prática cotidiana, em que os jovens e a população local se envolvem ativamente, tomando a palavra e construindo suas próprias trajetórias de transformação social.

Além disso, ao adotar esse modelo de educação baseada no envolvimento direto com as experiências vividas, o CCBJ contribui para o processo de emancipação dos sujeitos, que se tornam protagonistas de sua própria história e do desenvolvimento de sua comunidade. A emancipação, nesse sentido, não se restringe a um conhecimento acadêmico isolado, mas se expande para a capacidade de agir coletivamente, questionar as estruturas de poder e propor alternativas para uma realidade mais justa. A ação do CCBJ, portanto, está tentando alinhar-se com a proposta de bell hooks de uma educação transformadora, que vai além do simples repasse de informações, sendo capaz de gerar uma reflexão crítica e mobilizadora que envolva todos os agentes da comunidade no processo de mudança.

A análise dos depoimentos que a pesquisa de Gyl traz, aponta que a visão dos moradores sobre o Centro Cultural Bom Jardim revelam uma desconexão significativa entre a proposta do equipamento cultural e a percepção da comunidade local. A descrição do espaço como sendo de “encher os olhos” e cercado por grades, com a presença de segurança armada, indica um ambiente que, em sua estrutura física e simbólica, transmite a ideia de exclusividade e de acesso restrito. Essa imagem de um espaço fechado e elitizado afasta as pessoas que mais precisariam dele, criando uma barreira não apenas física, mas também psicológica, que reforça a ideia de que aquele lugar não é “para elas”. O fato de se cobrar pela entrada e participação em atividades e eventos exacerba ainda mais essa percepção, destacando a relação de distanciamento entre o equipamento cultural e as demandas da comunidade, que muitas vezes vê a cultura como um bem distante, inacessível e alienante.

A falta de reconhecimento da cultura como um direito, como evidenciado nos relatos dos moradores, se conecta diretamente com o conceito de “poder simbólico” desenvolvido por Pierre Bourdieu. Para Bourdieu (2002), o poder simbólico é uma forma de poder invisível, que se manifesta nas relações sociais e culturais, moldando as percepções, os comportamentos e as

crenças das pessoas sobre o que é legitimado e o que não é. No contexto do CCBJ, essa falta de reconhecimento pode ser vista como resultado de um processo de exclusão simbólica, onde a comunidade local não se vê representada ou reconhecida como detentora do direito de usufruir daquele espaço. O poder simbólico da cultura constrói barreiras invisíveis, que reforçam a ideia de que a cultura, os bens culturais e as oportunidades associadas a eles pertencem a um grupo seletivo, e não à população de um território marginalizado.

Essa exclusão simbólica e a percepção do CCBJ como um espaço distante da realidade local têm implicações importantes para a efetividade das políticas culturais e para o fortalecimento da identidade comunitária. Se a cultura não é reconhecida como um direito universal, mas como um privilégio, os moradores podem se afastar ainda mais dos equipamentos culturais, contribuindo para a perpetuação das desigualdades sociais e culturais. A mudança dessa percepção requer uma reformulação das práticas institucionais e culturais, tornando os espaços culturais mais acessíveis, representativos e inclusivos, de modo a transformar a cultura em um direito realmente garantido para todos, sem exceção.

O Centro Cultural Bom Jardim, em seus anos iniciais de atuação, era simbolicamente chamado de dragãozinho, em referência ao Instituto Dragão do Mar, situado em área nobre de Fortaleza, considerado parte do famoso corredor cultural da cidade. Em muitas produções sobre o território do GBJ e sua história, são apresentados relatos da ideia que a população tinha sobre o CCBJ, o equipamento era visto como uma cópia do IDM e que sua estrutura e atividades eram destinadas apenas para turistas.

Desde 2006, além de criar e difundir as atividades culturais no território, o CCBJ ajuda na construção da representação da população do Grande Bom Jardim. Bourdieu (2002, p 112) defende a representação como elemento que depende profundamente do conhecimento e do reconhecimento de sua identidade, com isto posto, se torna possível a recriação do imaginário social de cada indivíduo sobre o seu território e sobre si. Embora o trabalho relevante executado pelo Centro Cultural seja evidente em suas propostas, durante a busca por materiais de evolução e impacto da política pública, foi observado pelos panoramas de resultados anuais, as avaliações da performance da política em quantitativo.

Indicadores de execução como o número de ações realizadas e total de pessoas beneficiadas, são elementos importantes de referência aos 3 E's da administração, comumente destacada nas racionalidades instrumentais encontradas na economia de mercado. Trata-se da eficiência, eficácia e efetividade (Stephano, 2005). Contudo, foi observada ausência de indicadores que avaliam o desenvolvimento do território, a integração da comunidade, o perfil mais elaborado sobre o público atendido e os impactos sociais das ações ofertadas.

Os resultados publicados pelo Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ) em 2022 oferecem uma visão relevante sobre a abrangência e o impacto da política pública cultural implementada pelo equipamento. O fato de a política ter alcançado 88 bairros em Fortaleza e cinco cidades do estado indica uma efetiva expansão territorial, refletindo um esforço significativo para levar a cultura e a educação artística a diversos contextos. Entretanto, a análise desses dados também revela que a maior parte do público atendido é composta por Mulheres Cis, com uma predominância de autodeclaradas pardas, o que sinaliza a especificidade do perfil socioeconômico e demográfico do público-alvo dessa política. O fato de 65% dos atendidos serem mulheres e de mais de 56% se autodeclararem pardas aponta para uma atuação direcionada às camadas da população historicamente marginalizadas, como as mulheres e as pessoas negras e pardas, grupos que enfrentam profundas desigualdades raciais e de gênero em várias esferas da sociedade.

Além disso, esses dados reforçam a importância de uma análise crítica da distribuição geográfica e do perfil sociodemográfico dos atendidos. A predominância de mulheres cis e a alta porcentagem de pessoas autodeclaradas pardas mostram que a política do CCBJ está, de fato, cumprindo um papel fundamental na promoção da inclusão social, ao privilegiar os grupos sociais mais vulneráveis. No entanto, esses dados também evidenciam a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre os possíveis desafios enfrentados por outras populações, como homens negros ou jovens de outras faixas etárias que podem estar sendo subrepresentados na política pública. Ao focar em um público majoritariamente feminino e negro, a política parece acertar ao reconhecer as vulnerabilidades específicas dessas populações, mas também impõe o desafio de ampliar seu alcance para garantir a inclusão de outros grupos, especialmente aqueles em outras condições de vulnerabilidade social.

Em termos de políticas públicas culturais, esse perfil demográfico aponta para uma necessidade de continuidade e aprimoramento das ações, com foco na ampliação de acesso, na construção de uma identidade mais representativa e no fortalecimento de redes comunitárias. A inclusão de mulheres cis e a população parda no centro das políticas de cultura mostra a relevância do CCBJ como um espaço de resistência e afirmação de direitos, contribuindo para a transformação das condições sociais dessas populações e proporcionando uma voz para aqueles que, muitas vezes, ficam à margem de outras esferas de poder e representação. A estatística também sugere um alinhamento do equipamento em garantir que sua atuação cultural se alinhe aos princípios de equidade e justiça social, atendendo às necessidades de grupos historicamente marginalizados.

Em 2023, o panorama de resultados avançou, a atuação do equipamento chegou em 123 bairros, entre as diversas cidades do estado, alcançando uma estimativa de 23 mil pessoas em seu público geral. Ao realizar o comparativo, o indicador de execução referente ao número de ações de difusão e fruição, realizada pelo eixo de Ação Cultural, foi um total de 397 ações durante o ano e 127 atendimentos pelo Bússola Cultural (programa de assessoramento da construção de grupos, artistas e coletivos para elaboração de propostas artísticas), execução de 13 festivais e 10 eventos especiais, o pagamento de 103 cachês artísticos, totalizando um orçamento geral de R\$ 3.525.188,53 para desempenho de suas atividades. Referente à Escola de Cultura e Artes (ECA), foi registrado um público de mais de 2 mil pessoas beneficiadas com os processos formativos (cursos, oficinas e palestras), foram 82 turmas de cursos básicos e livres) e o total de R\$ 736.290,00 destinado para pagamento de bolsa-auxílio de 916 pessoas. O orçamento geral destinado a esse eixo foi de R\$4.359.490,64 ao todo.

Por fim, em 2023 o NArTE, conseguiu realizar 788 ações para pessoas em condições de vulnerabilidade no território, foram mais de 4 mil pessoas beneficiadas, 15 Agentes Criativos apoiados, 30 mulheres acompanhadas no projeto “Mulheres Criativas” e um total de 60 bolsista apoiados representando 20 Iniciativas de desenvolvimento Comunitário, totalização orçamento de R\$2.590.320,84.

Todos esses dados apresentados no levantamento de resultados institucionais, podem ser considerados exemplos nítidos das estratégias de análises desenvolvidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), principais agências multilaterais financiadoras de políticas e programas sociais no mundo.

Conforme explica Rodrigues (2008), o interesse pelo estudo da temática de Avaliação de Políticas Pública, chegou ao Brasil, por meio das exigências criteriosas para elaboração de mecanismos de monitoramento da execução das propostas, por eles financiadas. Em conformidade Sthephano (2005), evidencia que:

“as estratégias traçadas por essas agências para avaliar determinados projetos e ações são marcadas por paradigmas e modelos positivistas, os quais se limitam à abordagens lineares e avaliam por meio das percepções frente a execução dos objetivos formulados (eficácia); a relação entre as metas elencadas e os resultados obtidos ou melhor, relação de custo e benefício (eficiência), e por fim os impactos considerados a partir do que estava previsto e o que foi alcançado (efetividade)”.

Os materiais institucionais e relatórios de gestão encontrados se resumem a indicadores comparativos de resultados previstos e alcançados, como destacado na figura abaixo, exemplificando a fala dos autores.

Figura 8 - Indicadores registrados nos materiais Institucionais



Fonte: Panorama de Resultados Abril/2023 a Março/2024 do Centro Cultural Bom Jardim disponível em <https://ccbj.org.br/wp-content/uploads/2024/06/panorama-comunicacao-23-24.pdf>

Rodrigues (2008) salienta em seu trabalho que esses marcadores de caráter instrumental possuem baixa capacidade para orientar uma avaliação própria sobre os impactos reais e aprofundados sobre os resultados das ações. Esses indicadores fazem parte dos padrões tradicionais de avaliação que são limitados e possuem olhar reduzido, não conseguem aprofundar o impacto das políticas públicas no social e no território. Embora, devemos considerar que 18 anos de muito trabalho e articulação comunitária, esses números também representam a força do movimento de base.

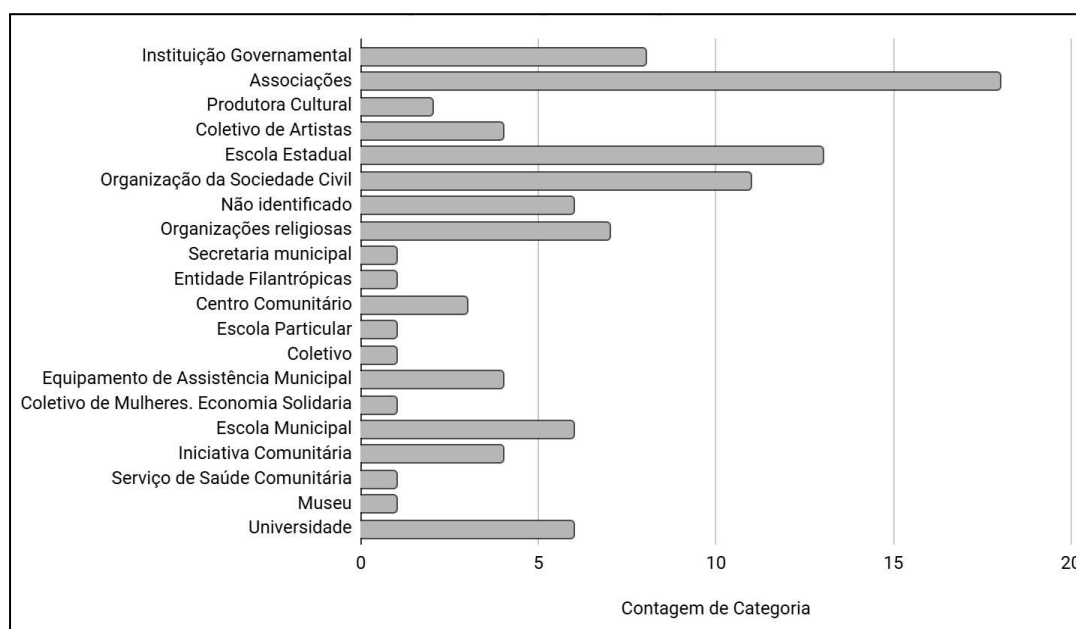
Buscando manter o incentivo à participação social, foram adotadas estratégias que possibilitaram a continuidade da presença comunitária no monitoramento e transparência das ações realizadas pelo CCBJ. Diante do cenário de crise sanitária provocado pelo período da pandemia da COVID-19, as interações intermediadas por meio dos ambientes virtuais foram sendo inseridas no cotidiano. Os encontros passaram a acontecer por meio do Google Meet de vídeo-conferências (gravadas e postadas publicamente na plataforma do Youtube), meio encontrado de continuar suas reuniões de gestão com a equipe interna e o público.

Para França Filho (2020), a formação de redes e parcerias entre as organizações do território pode ser considerada como fenômeno que fortalece o contexto de suas ações, com

objetivo de ser tanto socioprodutiva quanto sócio-organizativo. O autor utiliza como exemplo de inovação social a criação de bancos comunitários de desenvolvimento e circulação de moeda social, e utiliza o banco palmas, criado no seio de uma periferia popular em Fortaleza, o Conjunto Palmeiras⁶ como exemplo de êxito.

Para melhor visualização da análise dos dados, foi realizado o levantamento das redes parceiras que atuam em conjunto com o CCBJ. Essa informação foi disponibilizada pelo próprio equipamento em seu site institucional, na aba de entidades parceiras. Entretanto, não é possível afirmar se as informações estão atualizadas, visto que no próprio site não revela data de publicação e tais indicadores não são trabalhados nos relatórios anuais.

Gráfico 1: Redes e Parcerias do CCBJ elencados por categorias



Fonte: Dados retirados do site institucional do Centro Cultural, gráfico de elaboração própria.

No gráfico acima, reconhecemos o esforço do CCBJ em fortalecer suas redes e parcerias dentro do território, buscando o diálogo com as múltiplas esferas em prol de um único objetivo: Desenvolvimento territorial e asseguarção dos direitos fundamentais de sua população.

As Associações de bairros, as Organizações da Sociedade Civil e as Instituições Governamentais lideram o gráfico do rol de parcerias da organização. Exaltando a forte presença

⁶ O bairro Conjunto Palmeiras localizado no sul da cidade de Fortaleza, conta com mais 30 mil habitantes e, de acordo com o Censo IBGE 2010, possui IDH de 0,18, ocupando assim a última posição no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano por Bairros.

de organizações populares no território, seguidas das parcerias com as escolas tanto municipais quanto estaduais e as universidades (federais e estaduais), apresentando intenção de integração e vínculo do CCBJ com as instituições de ensino do território e da cidade.

É evidente a necessidade de criar redes e relações de associativismo com os movimentos sociais, organizações do terceiro setor, coletivos e fóruns populares. Além de criar essa rede, é importante que esses atores estejam também ativamente presentes nas tomadas de decisões, avaliações e sugestões, assim como nos indicadores de resultados e no perfil associado. Afinal, o Centro Cultural Bom Jardim, parte da premissa da base comunitária, da participação e da diversidade.

Dessa forma, para ampliar os resultados de projetos formulados, é necessário uma estrutura administrativa capacitada e engajada com as missões e valores, não só da organização mas da comunidade que ambienta o território. A articulação comunitária é fundamental para mobilização de coletivos de juventudes, somente assim é possível o fortalecimento do território. É com articulação comunitária que os vínculos são fortalecidos, as informações são transmitidas e a política pública consegue gerar mais impacto (França Filho, 2020 e Dowbor, 2006)

Abaixo foi elaborado um quadro síntese para apresentação de programas que são promovidos pelo CCBJ, por meio de chamadas públicas. Esses programas buscam potencializar o trabalho dos jovens no território, a fim de fortalecer suas identidades e fortalecer vínculos de confiança.

Quadro 04: Apresentação e resultados de programas destinados às juventudes no CCBJ

Programa	Objetivo	Resultados (2023)
Agentes criativos	Proporcionar o surgimento de novos(as) agentes transformadores(as) para o fortalecimento comunitário com atuação a favor da cidadania cultural e dos direitos humanos	15 agentes criativos apoiados por período de 6 meses no ano de 2023
Bússola cultural	Fortalecer e contribuir com os processos de construção de grupos, artistas e coletivos, para a elaboração de propostas artísticas nas diversas linguagens.	10 grupos artístico culturais com 30 bolsistas beneficiados
Laboratório de pesquisas	Desenvolver projetos de pesquisa em diversas linguagens artísticas, permitindo experimentar novas metodologias de pesquisa e contribuir para o campo da cultura.	10 laboratórios de pesquisa
Iniciativas comunitárias	Fortalecimento de iniciativas comunitárias que atuam no território e acompanhamento sócio-pedagógico da equipe NArTE.	60 bolsistas representando 20 iniciativas comunitárias

Fonte: Elaboração própria

Deve ser considerada a importância de ações como as Chamadas Públicas de Iniciativas de Desenvolvimento Comunitário e de Agentes Criativos, as quais estimulam o protagonismo e o envolvimento principalmente das juventudes no território por meio do Centro Cultural e da elaboração e execução de projetos culturais contemplando diversas linguagens artísticas.

Aos Agentes Criativos são destinadas bolsas com duração de 6 meses, amontoando ao final o valor de R\$2.000,00, os jovens devem participar de determinadas atividades desenvolvidas no Centro Cultural e seguir o plano de trabalho, conforme orientado pela equipe técnica especializada. Já as iniciativas são incentivadas com o valor de R\$12.000,00 (doze mil reais) para auxílio com pequenos ajustes de infraestrutura, compra de material para continuidade de atividades ou alguma ação específica que o grupo, coletivo ou associação necessitar. São atividades que buscam o desenvolvimento comunitário, capazes de gerar a longo prazo a transformação social.

Em matéria recente disponível no site oficial do CCBJ, a coordenadora do Núcleo de Articulação Técnica e Especializado (NArTE), conhecido também como setor de Cidadania Cultural, afirma que:

“Do ponto de vista financeiro, nós não podemos dizer que ela vai transformar vidas, mas vai garantir minimamente que aquele jovem que atua em associações, em escolas, nos projetos sociais e educacionais do seu bairro, com vista a transformação da comunidade onde ele atua, possa garantir as mínimas condições de manutenção de suas atividades com apoio a custos como transporte, por exemplo”.(Centro Cultural Bom Jardim, 2024)

Entre os princípios norteadores do funcionamento das instituições substantivas, Serva (1993), traz a forma de reconhecimento da individualidade, para reforçar valores e características que aproximam o indivíduo da comunidade ou coletivo. É possível afirmar que essa iniciativa busca a oportunidade de trabalhar com os jovens do território, em espaços sócio aproximadores, as chances de desenvolvimento da autonomia e tomada de compromisso de forma espontânea e orgânica.

Em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) de 2020, o último publicado e disponível para público, o Centro Cultural Bom Jardim elenca algumas de suas perspectivas de resultados para curto (12 meses), médio (2 - 5 anos) e longo prazo (+5 anos). Conforme demonstrado abaixo, iremos discutir somente sobre a perspectiva de resultados a médio prazo, por entender que dessa forma conseguimos analisar melhor as estratégias e os impactos esperados, em um período de tempo razoável (2020-2025):

Quadro 05: Resultados esperados pelo CCBJ a médio prazo

Médio prazo	Ampliação do número de pessoas aptas e capacitadas ao mercado de trabalho artístico e técnico cultural; Maior circulação na cidade de Fortaleza e no Estado dos produtos culturais desenvolvidos por grupos artísticos do território do GBJ; Ampliação da participação da comunidade nas ações do CCBJ.
-------------	---

Fonte: Elaboração própria

O setor cultural na cidade de Fortaleza ainda sofre com escassez de indicadores e perfil social, tornando difícil realizar uma análise sobre o impacto do CCBJ em relação à ampliação do número de pessoas aptas ao mercado de trabalho artístico e técnico cultural do território. Todavia, podemos ressaltar a importância do equipamento em valorizar a promoção da capacitação artística e dar prioridade em processos seletivos a moradores do GBJ, gerando, com isso, aumento na empregabilidade local. Em relação a maior abrangência do equipamento, em último relatório publicado, o CCBJ chegou em 123 bairros, entre as diversas cidades do estado, alcançando uma estimativa de 23 mil pessoas em seu público geral.

4.3 Aspectos da gestão social na Gestão Compartilhada do CCBJ

Referente à ampliação da participação da comunidade, fator marcante é a regulamentação da gestão compartilhada. Em dezembro de 2023, foi lançada uma nova portaria no diário oficial do Estado trazendo a regulamentação dos processos de participação social do desenvolvimento da cultura do CCBJ. A portaria N° 257 de 22 de dezembro de 2023, salienta em seu artigo 2° que: “o Centro deve manter de forma permanente e ativa um espaço para participação e cooperação da comunidade local no monitoramento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e avaliação da política pública”. (Estado do Ceará, 2023)

A gestão compartilhada é o espaço de participação da comunidade nos processos decisórios da gestão do equipamento. A reunião é realizada a cada dois meses e inicia-se com exposição do gestor responsável sobre os informes que precisam ser decididos, por ordem de prioridade. Em seguida é aberto para as representações comunicarem as insatisfações e as percepções sobre as questões expostas. Ao fim, a equipe do CCBJ disponibiliza gravações desses encontros em plataformas públicas para acesso e transparência do processo de gestão participativa promovida pela instituição.

Com a publicação da portaria que regulamenta a Gestão Compartilhada no CCBJ, publicada somente em 2023, é crucial elencar alguns elementos para análise do instrumento de participação deste equipamento.

Em seu Art.4º, a Portaria N°257 apresenta a composição de suas representações que totalizam 15. São três vagas destinadas ao IDM (representações da diretoria, da gestão do equipamento e dos trabalhadores do equipamento), uma vaga destinada à SECULT, enquanto duas vagas podem ser ocupadas por beneficiários do CCBJ, oito são dos representantes da comunidade escolhidos por assembleia de nomeação, e por fim, uma vaga permanente destinada ao Fórum de Cultura do território.

Entre as obrigatoriedades para representantes da comunidade, o equipamento deve garantir diversidade racial, étnica, de gênero e territorial, e cada representação deve ter suplência (Art. 5º, §§ 2º e 3º). Mas não é mencionado como critério a participação das juventudes do território, ou destinada uma vaga específica para coletivos ou fóruns de juventudes.

Apesar do descrito no Art. 6º sobre o dever das informações sobre os integrantes da GC serem colocadas de forma clara e destacada nos canais de comunicação, não foi possível encontrar em seu website oficial informativos sobre a composição da Gestão Compartilhada do CCBJ em exercício dos anos de 2024 a 2026.

Sobre o processo democrático e a tomada de decisão, a normativa discorre sobre o direito a fala e participação das demais pessoas interessadas no Artº 7, deixando explícito:

“Assegura-se à todas as pessoas interessadas a participação nas reuniões da Gestão Compartilhada, com direito ao uso da palavra, sendo facultado apenas aos representantes escolhidos em assembleia ou indicados ao direito à proposição de pautas e de consultas de voto para os casos que sejam registradas a posição majoritária do colegiado.” (Portaria N° 257. Art.7. p 24)

Todos os interessados podem participar e têm o direito à fala garantido, porém apenas os representantes definidos pela assembleia ou indicados, possuem o direito de propor pautas e solicitar votação sobre determinados assuntos. Além disso, somente as decisões com maioria dos votos do colegiado serão válidas para deliberação da gestão.

Embora as reuniões sejam realizadas de maneira aberta ao público, favorecendo a transparência do processo de participação, há um risco de limitar a participação espontânea dos indivíduos e grupos que não fazem parte do colegiado.

Outro fator que deve ser elencado trata-se da viabilidade operacional das reuniões. Na normativa enfatiza a periodicidade bimestral dos encontros (Art. 8º), buscando maior frequência e efetividade entre os membros do colegiado, o que já representa mudança quanto ao formato anterior das reuniões, as quais aconteciam mensalmente.

Para elaboração desta pesquisa foram realizadas observações de alguns destes materiais disponíveis no Youtube e pode-se destacar alguns elementos importantes para nossa análise em comparação ao regulamento publicado no final de 2023.

Quadro 06: Comparativo da gestão compartilhada antes e depois da Portaria N°257

Características	Gestão Compartilhada (antes)	Gestão Compartilhada (atual)
Infraestrutura	Incerta pois era aberta a todos	Definida, colegiado formado por 15 representantes.
Representatividade e Inclusão	Não havia critérios	Crterios estabelecidos
Processo democrático e tomada de decisão	Coletivo com participação de todos os interessados	Todos possuem direito a fala, mas proposição de pautas e votação fica facultado apenas aos integrantes do colegiado
Periodicidade	Reunião Mensal	Reunião Bimestral
Transparência e Acesso à informação	Datas das reuniões publicadas no Instagram e a gravação das reuniões disponibilizadas no Youtube	Datas das reuniões publicadas no Instagram e a gravação das reuniões disponibilizadas no Youtube

Fonte: Elaboração própria

A análise da trajetória da política revela uma dinâmica que busca uma gestão compartilhada que, embora busque garantir a participação ampla e a transparência no processo, também apresenta limitações no que diz respeito à efetiva inclusão e ao alcance de uma verdadeira democracia deliberativa. A política de participação, ao garantir a fala a todos os interessados, mas restringir a proposição de pautas e a solicitação de votação aos membros do colegiado, configura uma estrutura que pode ser interpretada como uma forma de limitação da participação espontânea. Embora a participação seja assegurada em termos de direito à fala, a exclusão de uma parte da comunidade no processo de decisão pode enfraquecer a ideia de gestão compartilhada e limitar o alcance das deliberações à visão do grupo que compõe o colegiado. Esta restrição pode ser vista como um reflexo das dificuldades encontradas em muitos processos participativos, onde, apesar de se abrir espaços para a participação, os mecanismos decisórios acabam concentrados em um grupo específico.

Tenório (2014) reflete que o risco de limitar a participação espontânea é um elemento importante a ser considerado, pois uma verdadeira democracia deliberativa pressupõe que todos os indivíduos tenham não apenas o direito de falar, mas também o poder de influenciar as decisões de forma equitativa. A estrutura atual, ao permitir que somente os membros do colegiado possam propor pautas e votar, pode criar um sistema no qual a participação real de parte do público se torna simbólica, restringindo sua capacidade de impacto nas decisões. A viabilidade operacional das reuniões, com a mudança de sua periodicidade de mensal para bimestral, representa uma tentativa de maior efetividade e frequência nas interações, mas

também pode refletir desafios logísticos e operacionais que afetam a agilidade das decisões e o engajamento contínuo da comunidade. A periodicidade das reuniões, sendo mais espaçada, pode diminuir o vínculo entre os participantes e o processo de gestão, tornando-o menos dinâmico e mais distante da realidade cotidiana da comunidade.

Ao comparar a gestão compartilhada antes e depois da Portaria N°257, observa-se que houve um fortalecimento da estrutura organizacional, com a definição do colegiado e a inclusão de critérios para a representatividade e inclusão, o que são passos importantes para uma gestão mais transparente e organizada. No entanto, a transição para um modelo de gestão que, apesar de ainda promover o direito à fala para todos, restringe a proposição de pautas e a tomada de decisão aos membros do colegiado, levanta questões sobre a efetiva democratização do processo. A análise do conceito de democracia delineado na seção do referencial teórico sugere que o verdadeiro exercício democrático ocorre quando todos os envolvidos não apenas têm espaço para se expressar, mas também para influenciar as decisões de forma concreta. O conceito de gestão social fundamentado na democracia deliberativa, onde todos são sujeitos das decisões, aponta para a necessidade de mais equidade e descentralização no processo, para que as utopias de um espaço verdadeiramente democrático e participativo se tornem uma realidade acessível e compreensível para todos.

Diante do exposto e utilizando-se dos graus de controle social definidos por Bordenave (1994), concluímos que a política pública do CCBJ se encontra no grau de elaboração/recomendação. Os dirigentes ainda se constituem como os principais responsáveis pelas tomadas de decisão e a consulta popular deve ser obrigatória. As ideias, sugestões, propostas e demais contribuições da população devem ser consideradas, principalmente no que se refere à construção da programação cultural, na seleção de prestadores de serviço, na formulação de planejamento e diretrizes do equipamento.

Esse modelo de participação política e social, é classificado por Bordenave (1994) como participação concedida. Neste ato, existe a participação limitada da população no processo de decisão, no entanto, apesar dos limites impostos há um forte potencial de evolução, a partir do envolvimento e do interesse do indivíduo em participar.

Apesar do aumento do quantitativo de atividades e do orçamento destinado e executado por cada eixo, os mecanismos de avaliação ainda sofrem com a falta de indicadores que retratem os meios de gestão e o impacto da política pública no território. Ciente que os impactos sociais são a longo prazo, o equipamento inaugurado em 2006 ainda carece de dados que representam o perfil que compõe sua equipe interna de gestão, os beneficiados, visto que não é uma informação

presente em todos os panoramas anuais, e os resultados da política no desenvolvimento econômico e social do bairro e arredores, ou seja, o desenvolvimento local.

Partindo das formulações presentes na criação do Projeto Político Pedagógico (2020) e dos achados desta pesquisa, foi realizada a elaboração de um quadro síntese para identificar as principais características do modelo de gestão da organização. Este exercício teórico, deve auxiliar no entendimento de como a organização prioriza a participação das juventudes a partir das racionalidades e paradigmas que orientam sua execução.

O quadro abaixo foi inspirado no quadro de categorias analíticas desenvolvido por Cançado e Tenório no trabalho intitulado “Gestão Social: Reflexões teóricas e conceituais”, publicado em 2011, o estudo busca apresentar e descrever as concepções sobre o conceituação teórica de Gestão Social no Brasil. O quadro, baseia-se nos estudos de Pimentel (2011) e Serva (1993), buscando as similaridades das características do equipamento com as categorias analíticas da gestão social.

Quadro 7- Características do modelo de gestão CCBJ

Categorias de Análise	Descrição CCBJ
Objetivo	Reafirma-se como política cultural de base comunitária que busca a dinamização da economia da cultura, prioritariamente, nos bairros que compõem o Grande Bom Jardim (CCBJ, 2020).
Valores	Respeito à identidade, à memória, à cultura e as peculiaridades do território; Compromisso com a democracia e participação e ao desenvolvimento local sustentável. (CCBJ, 2020).
Protagonistas	Estado, em conjunto com a sociedade organizada.
Operacionalização	Social, parcerias e redes intersetoriais.
Comunicativa	Dialógica (CCBJ, 2020).
Processo Decisório	Participação Comunitária / Gestão Compartilhada (CCBJ, 2020)
Crítérios para a escolha/aceitação dos membros da organização	Capacitação, valorização da empregabilidade local e a identificação e sintonia de valores pessoais e grupais (Serva, 1993).
Autonomia e Poder	Consulta popular obrigatória, poder final de decisão dos gestores.
Avaliação	Baseada em modelos positivistas.

Fonte: Elaboração própria.

A partir do quadro síntese acima, é possível afirmar que para promover políticas públicas de impacto social, deve-se buscar orientar as práticas de gestão às características da racionalidade substantiva, isso não quer dizer que o pragmatismo instrumental será extinto. As políticas públicas precisam saber existir entre os dois, buscando aperfeiçoar os aspectos de ambas as racionalidades e se recriar em suas especificidades.

A análise do quadro sobre os modelos de gestão do CCBJ revela uma abordagem integrada e participativa, voltada para o fortalecimento da cultura local e para o empoderamento da comunidade no Grande Bom Jardim. A principal característica do CCBJ, conforme descrito, é o seu compromisso com o desenvolvimento local sustentável e com a valorização da identidade cultural do território. O objetivo central de dinamizar a economia da cultura, priorizando as demandas específicas do bairro, reflete um esforço para criar uma política cultural inclusiva, que reconhece as peculiaridades locais e se propõe a integrar as comunidades nas decisões e nos processos de transformação social. Ao alinhar os valores da democracia, participação e respeito pela memória e cultura local, o CCBJ se coloca como uma política de base comunitária com um enfoque territorial, que visa não apenas a promoção da arte e da cultura, mas também a geração de impactos sociais e econômicos positivos na região.

O modelo de gestão apresentado no quadro sugere uma operação baseada em parcerias intersetoriais e redes sociais, essencialmente construindo uma rede de colaboração entre o Estado e a sociedade organizada. Esse aspecto de gestão compartilhada, em que a participação comunitária é central, reforça a ideia de que o CCBJ é uma política cultural que não se limita à atuação do Estado, mas se alicerça na colaboração entre diversos atores sociais, ampliando a capacidade de ação e o impacto das iniciativas. O processo decisório, pautado pela gestão compartilhada e pela participação comunitária, é um reflexo do princípio de que as decisões devem ser tomadas de forma coletiva, envolvendo a população local no planejamento e implementação das políticas culturais, conferindo-lhes um papel ativo e de protagonismo nas ações do centro cultural.

No que se refere à autonomia e ao poder, o modelo de gestão do CCBJ, apesar de valorizar a consulta popular, demonstra que a decisão final é de competência dos gestores, o que pode ser visto como uma tentativa de balancear a participação social com a necessidade de uma liderança executiva que garanta a viabilidade e a operacionalização das ações. Por fim, a avaliação, embora se baseie em modelos positivistas, sugere uma visão de controle e medição dos resultados que pode, em alguns casos, limitar a compreensão mais ampla e qualitativa das dinâmicas sociais e culturais no território. A dependência de modelos quantitativos pode desconsiderar aspectos subjetivos da participação e do impacto social, que, no caso de políticas culturais, são frequentemente difíceis de mensurar de forma estritamente objetiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência de equipamentos e políticas públicas designada exclusivamente para as juventudes, principalmente do âmbito estadual e municipal, faz com que o Centro Cultural do Bom Jardim torne-se um equipamento referência para atender às demandas juvenis do seu extenso território. Embora a política evidencie o seu trabalho e esforço em efetivamente manter espaços de participação e diálogo com a comunidade, não é notada uma preocupação em estimular, especificamente, a autonomia das juventudes do GBJ. E isso fica claro quando, entre os critérios estabelecidos para diversidade e representação quanto à participação no colegiado de gestão compartilhada, a organização não destaca a importância da participação das juventudes.

O Centro Cultural Bom Jardim possui uma boa rede de entidades parceiras, e em primeiro lugar está parcerias com as associações organizadas pela própria comunidade com interesse comum da defesa e garantia dos direitos humanos no GBJ. O equipamento conta com ações voltadas ao público infantil, adolescente e jovem e se preocupa em transformar a realidade

social, a partir da prática da educação orientada para emancipação e liberdade dos indivíduos, utilizando-se dos estudos de Paulo Freire, além de trabalhar com iniciativas voltadas para o desenvolvimento local. Essas condutas revelam os valores e objetivos da organização e são características encontradas em organizações substantivas, conforme apresentadas por Serva (1993) e Pimentel (2011).

O processo de participação e controle social exercido por meio da Gestão Compartilhada é um marco na política de cultura do estado do Ceará. É o primeiro equipamento de cultura a implementar em sua gestão um espaço voltado para participação, monitoramento e avaliação da comunidade. Arrisco afirmar que esse espaço só foi possível pela luta de base dos movimentos, coletivos e associações de moradores, que se enxergam como atores sociais e sujeitos de direitos fundamentais na formulação do CCBJ e, imprescindíveis no monitoramento e avaliação dos resultados desta política pública.

Apenas 17 anos após sua inauguração, em 2023, a Gestão Compartilhada conquista normativa de regulamentação que obriga a organização realizar periodicamente as reuniões, atendendo um quórum para apreender consulta popular para orientar a tomada de decisão dos gestores. Esta é uma outra característica presente nas organizações substantivas, a criação de espaços sócio-aproximadores baseados na comunicação dialógica com livre direito à fala e participação. Entretanto, após sua regulamentação, limita-se o direito de propor pautas e reivindicar votação sobre determinadas questões, apenas aos representantes da comunidade que fazem parte do colegiado, tratando-se então de uma participação baseada na figura representativa.

Por fim, encontramos por meio das pesquisa documental, materiais para visualização do impacto da política pública ao longo dos anos ser amplamente orientada por paradigmas positivistas que avaliam suas ações através de quantitativos. Embora seja importante avaliar os 3E's da gestão pública, essa metodologia não pode ser a única presente em um equipamento com objetivos voltados para transformação social. É necessário indicar em seus materiais institucionais, indicadores com olhar aprofundado, possibilitando a visualização do real impacto na realidade social do território (Rodrigues, 2008).

5.1 Síntese das respostas aos objetivos

Neste tópico, são apresentados de forma sintética, os resultados obtidos por meio da pesquisa, a fim de responder aos objetivos específicos elencados. A pesquisa se constituiu com o objetivo geral de entender como ocorre a participação social conduzida para emancipação das juventudes nos territórios periféricos a partir dos processos de gestão do Centro Cultural Bom Jardim, e foi orientada a partir de 3 objetivos específicos.

O primeiro objetivo busca compreender o conteúdo e o contexto das políticas públicas encaminhadas no Centro Cultural Bom Jardim a partir dos processos de gestão. Para responder a esse objetivo podemos destacar alguns marcos regulatório da política pública, especialmente a declaração de direitos universais das nações unidas, a constituição federal de 1998, o Plano Estadual de Cultural do Ceará (Lei nº 16.026) e as metodologias utilizadas pelo equipamento busca a proteção e assecuração dos direitos de crianças, adolescente e jovens, utilizando-se portanto das formulações e normativas que regem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e o Plano Nacional de Juventudes (PNJ). Afirma-se também que as movimentações populares foram basilares na construção desta política pública, o trabalho de monitoramento e reivindicação do direito à cidade desenvolvido pela Rede Dlis, a promoção e proteção dos direitos humanos fundamentais trabalhados no CDVHS e a movimentação das juventudes do território, coordenadas por coletivos como o JAP, são atores sociais importantes para o fortalecimento da rede territorial como bem retrata esta pesquisa.

Para apresentar a trajetória da política pública, foi realizada análise sobre o grau de coerência da política ao longo do tempo (Rodrigues, 2020), partindo do envolvimento da política com a base comunitária desde sua inauguração. Podemos destacar como principais dinâmicas de aproximação realizadas pelo equipamento, projetos como o “Cadeira na Calçada”, chamada pública para Agentes Criativos e Iniciativas Comunitárias, assim como a implementação da Gestão Compartilhada. Esses elementos influenciam diretamente no atendimento às demandas e resultados esperados da política pública.

As juventudes aqui começam a ganhar espaço, através das ações que tem como objetivo estimular o protagonismo e a identidade dos jovens, como por exemplo a chamada para Agentes Criativos, mas ainda é muito tímida. Para além dos diversos eixos de cursos ofertados, das ações de fomento e fruição de jovens artistas locais, fica evidente a necessidade de chamar as juventudes para compor diálogo mais diretamente ligados à tomada de decisão, como é o caso da Gestão Compartilhada, a sua presença deveria ser critério desde sua formulação.

Na proposta de identificar características semelhantes às da racionalidade substantivas presentes no modelo de gestão da organização, foi possível apreender uma série de elementos importantes sobre o CCBJ. O primeiro deles é que a organização, gerida pela SECULT/IDM, possui em sua construção objetivos e valores voltadas para o interesse comum do território e a forma dialógica de se comunicar resultou na abertura para integração com parcerias de mesmo interesse, portanto, quanto a isso a organização responde através de uma racionalidade substantiva

O segundo ponto é que o modelo de avaliação utilizado, ainda prevê de dispositivos orientados paradigmas positivistas, encontrados na racionalidade instrumental. Os indicadores de avaliação de resultados não conseguem apresentar de forma aprofundada o impacto da política pública na vida dos indivíduos e no próprio desenvolvimento local.

Por fim, é debruçada em seu capítulo final a normativa do principal instrumento de participação social utilizado pela organização, as Reuniões de Gestão Compartilhada. Entre as transformações presentes nesse modelo avançado de gestão participativa, podemos elencar que houve a tentativa de estruturação do processo de participação, com critérios pré-estabelecidos, com o intuito de garantir diversidade nas representações.

Embora a formalização e estruturação de um dispositivo legal com diretrizes a serem seguidas possa garantir o direito de participação política dos atores interessados na política, a burocratização presente a partir dessas diretrizes e critérios pode influenciar na dinâmica de participação espontânea. Por isso, a necessidade de prever mecanismos que garantam a frequência e o envolvimento orgânico da população, para que o espaço não se transforme apenas em uma formalidade.

5.2 Contribuições teóricas e empíricas da pesquisa

No que diz respeito às contribuições deste estudo, para área teórica e empírica, pode-se ressaltar que a pesquisa buscou construir bases analíticas sobre a importância da participação social para o campo de políticas públicas. Dessa forma, podemos pontuar alguns importantes aspectos encontrados nesta pesquisa, como o fato de que o CCBJ torna-se referência no Grande Bom Jardim pela baixa de políticas públicas e pela forte presença das juventudes, o equipamento atua como propulsor e oportuniza muito jovens, além de ser fortalecido pelas redes territoriais e aberto às demandas da população local (Ramos 2012, Dowbor, 2006)

Elencamos também como fundamental, a existência das Reuniões de Gestão Compartilhadas, onde as juventudes que fazem parte de coletivos, fóruns e associações são

convidadas e podem fazer parte do colegiado para realização de consulta popular na tomada de decisão. Pode-se dizer que um grande desafio é impulsionar a cultura emancipatória nas instituições, a fim de estimular a participação e o reconhecimento dos jovens como atores sociais (Freire, 2011 Touraine, 1998). Todavia, o equipamento carece de indicadores que possam apresentar o envolvimento positivo e direto das juventudes nas tomadas de decisão, assim como não possui indicadores que avaliem aspectos da gestão social em seu modelo de gestão.

5.3 Limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros

Este estudo conclui-se com a vontade de continuação, pois é vista a necessidade e relevância de buscar analisar a gestão participativa a partir das perspectivas das juventudes do território em particular. Promovendo um estudo de perfil por meio de uma amostragem e da aplicação de questionário estruturado, incluindo também as perspectivas subjetivas através de entrevistas semi-estruturadas ou de grupos focais.

Ao analisar as percepções subjetivas e particulares de cada indivíduo, podemos de fato entender os meios pelos quais a juventude está inclusa nessa gestão. Um levantamento sobre o perfil desses jovens beneficiários é de suma importância para compreendermos como esse espaço de participação e diálogo acolhe e estimula a participação de segmentos socialmente excluídos, como mulheres, população negra, comunidade LGBTQIA + e a comunidade PCD. E ainda, se a política pública consegue atender aos critérios de diversidade de representação presentes na normativa que rege o instrumento de gestão compartilhada do CCBJ.

Uma pesquisa a campo também se torna fundamental para aproximar ainda mais o estudo da realidade do equipamento, além de possibilitar entrevistas com colaboradores e a própria gestão, ainda pode ser possível o acesso a materiais documentais exclusivos ou não disponíveis na internet.

Ao concluir esse trabalho, não apenas finalizei uma etapa importante da minha trajetória acadêmica, como também percebi a grandeza do tema abordado e o crescimento do meu interesse pessoal por essa área de estudo. Apesar de desafiadora, a construção desta monografia foi um processo enriquecedor e abriu novas questões, às quais desejo explorar mais a fundo em um futuro próximo. A minha principal motivação para continuar a pesquisa está atrelada, primeiramente à vontade de contribuir para ampliação dos estudos e reconhecimento do trabalho e das lutas das juventudes nas periferias, mas também por ter o entendimento de como a presença das juventudes e todas a sua diversidade é essencial para ressignificar e fluir mudanças nos territórios e nas dinâmicas culturais. Como mulher negra, lgbtqia+ que vive

desde a infância em territórios periféricos, expresso neste trabalho a minha condição como sujeito possível de transformação, de observar a realidade e determinar o meu papel nela, assim como ter o poder de reescrever meus caminhos. Através deste trabalho, saúdo os que vieram antes e rejeito o lugar de subalternidade condicionado às juventudes negras vítimas do abismo da desigualdade sócio econômica de Fortaleza.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA PRADO, Ana Carolina da Silva; SILVA, Carla Regina; SILVESTRINI, Marina Sanches. Juventudes, trabalho e cultura em tempos de racionalidade neoliberal. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 28, n. 2, p. 706-724, 2020.

ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Bell, Judith. Projeto de pesquisa : guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BOGHOSSIAN, C. O.; MINAYO, M. C. DE S. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde e Sociedade*, v. 18, n. 3, p. 411–423, set. 2009.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory; WILLIAMS, Joseph . A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. São Paulo: UNESP, 2015

BARROS, J. P. P.; ACIOLY, L. F.; RIBEIRO, J. A. D. Re-tratos da juventude na cidade de Fortaleza: direitos humanos e intervenções micropolíticas. *Revista de Psicologia*, v. 7, n. 1, p. 115–128, 2016.

BITTENCOURT, Lúcio Nagib; MATHEUS, Tiago Corbisier; TAVAN, Roberth Miniguine. Ações culturais e juventudes em M'Boi Mirim: um debate sobre políticas públicas e vulnerabilidades culturais. *Athenea Digital*, v. 18, n. 3, jul. 2018.

Borges, D, & Cano, I. (2017). Índice de homicídios na adolescência: IHA 2014. Observatório de Favelas

COLAÇO, V. DE F. R. et al. Aproximações do Campo-tema Juventude e Violência na Periferia de Fortaleza. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 21, n. 2, p. 474–493, 15 jul. 2021.

DAYRELL, J.. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 40–52, set. 2003.

DOWBOR, Ladislau. O Que é o Poder Local? São Paulo: Brasiliense, 1986.

FILGUEIRAS, F. DE B.. Guerreiro Ramos, a redução sociológica e o imaginário pós-colonial. Caderno CRH, v. 25, n. 65, p. 347–363, maio de 2012.

GIL, Carlos A. Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 6ª edição. São Paulo, Atlas, 2017

Hall, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2018a). Conceitos e definições. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: www2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/primeiros_restatidos/analise01.shtm.

LAVOR FILHO, Tadeu Lucas de. Cartografia de bricolagens, alianças e produção do comum: pesquisa participativa decolonial com coletivos juvenis em Fortaleza-CE. Fortaleza, 2022

MOURA, Gyl Giffony Araújo. A construção da memória social como política pública: o caso do Centro Cultural Bom Jardim, em Fortaleza, Ceará. Rio de Janeiro, 2012.

JUNIOR, Celso Ferrarezi. Guia do Trabalho Científico: do projeto à redação final. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

hooks, bell. Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

FREIRE, P. Política e educação: ensaios / Paulo Freire. – 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001.(Coleção Questões de Nossa Época ; v.23)

RAMOS, Alberto Guerreiro. A redução sociológica. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
SANTOS, Adalberto S. . Tradições populares e resistências culturais: políticas públicas em perspectiva comparada. 1. ed. Salvador: Edufba, 2011. 235p

RODRIGUES, Lea Carvalho. Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: antecedentes, cenário atual e perspectivas. PRADO, Edna Cristina e DIÓGENES, Elione Maria Nogueira (org.) Avaliação de Políticas Públicas: entre Educação & Gestão Escolar. Maceió/AL, EDFAL, 2011.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. Poços de Caldas, MG, 5-8 out. 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TAKEITI, Beatriz Akemi; GONÇALVES, Monica Villaça; OLIVEIRA, Suellen Pataro Alves Santos de; ELISIARIO, Tatiane da Silva. O estado da arte sobre as juventudes, as vulnerabilidades e as violências: o que as pesquisas informam? *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 29, n. 3, 2020.

NOGUERA, R.; ALVES, L. P. Infâncias Diante do Racismo: teses para um bom combate. *Educação & Realidade*, v. 44, n. 2, 2019.

PEÇANHA, Érica. A cultura como campo de trabalho para a juventude: políticas, experiências e desafios. v. 1. São Paulo: Ação Educativa, 2015.

Prefeitura de Fortaleza. (2022, 21 de abril). Fortaleza é a capital que mais investe em políticas públicas para juventudes. Disponível em:

UNESCO. Políticas públicas de/para/com as juventudes. – Brasília: UNESCO, 2004.